

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 363 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos.

A SABESP não está operando temporariamente em alguns municípios por força de decisão judicial, cujos processos encontram-se em andamento, são eles: Iperó, Cajobi, Álvares Florense e Macatuba, sendo o valor contábil do intangível desses municípios em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 16.516.

Encontram-se vencidas, em 31 de dezembro de 2012, 67 concessões, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2013 e 2034 vencerão 38 concessões. A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de dezembro de 2012, foram assinados 258 contratos de programa e metropolitano (em 31 de dezembro de 2011 – 225 contratos).

Em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil do intangível utilizado nos 67 municípios em negociação totaliza R\$ 5.874 milhões, que representam 26,71% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 2.122.759 milhões que representam 18,61% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 54,74% da receita bruta em 2012 (dezembro/2011 – 55,11%) e 43,51% do ativo intangível (dezembro/2011 – 45,63%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, nos próximos 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2012 do município de Santos era de R\$ 328.693 (dezembro/2011 – R\$ 175.069) e sua receita bruta de R\$ 202.103 (dezembro/2011 – R\$ 196.831).

A Lei 11.445/07 em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidos até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012 em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde abril de 2002, e na Bolsa de Nova York (NYSE), na forma de ADRs (American Depositary Receipts) desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andrada, Saneagua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão das investidas. Para efeito de classificação contábil, nas demonstrações financeiras, tais empresas são consideradas como “controladas em conjunto”, conforme critérios estabelecidos no CPC 19.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2013.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia está apresentando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. No caso da Companhia, essas práticas contábeis sobre as demonstrações financeiras individuais diferem do International Financial Reporting Standards - IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas

em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPC's, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas na Nota 5.

2.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da SABESP e de suas investidas: Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental e Attend Ambiental as quais foram incluídas na proporção de sua participação acionária. As políticas contábeis de suas investidas são uniformes em relação às políticas da Companhia. A Companhia mantém o controle acionário compartilhado, cujo exercício social é coincidente com os das controladas. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma os saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, aplicando o percentual de participação da Companhia em cada investida.

Embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, indicando controle compartilhado participativo. Por isso as demonstrações financeiras foram proporcionalmente consolidadas.

As empresas consolidadas proporcionalmente foram as seguintes:

Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal ("Inima"), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. ("TGM") e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. ("ETEP"), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de

esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, SABESP e Inima, detém o controle conjunto sobre a Sesamm. Desta forma, a SABESP registra sua participação na Sesamm pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 36% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Sesamm.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituíram a empresa Águas de Andradina S.A., com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 2.908, divididos em 2.908.085 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 622 divididos em 622.160 ações nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituíram a empresa Saneaqua Mairinque S.A., com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Aquapolo Ambiental S.A.

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituíram a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da empresa de R\$ 2.000 divididos em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 11.400.

A Attend encontra-se em fase pré-operacional com previsão de início das operações para setembro de 2013.

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

2012						
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Ativo Circulante	875	2.199	404	414	15.247	1.976
Ativo não Circulante	19.609	3.934	904	858	181.749	2.570
Passivo Circulante	822	4.777	868	272	32.304	167
Passivo não Circulante	13.902	555	77	15	157.047	-
Patrimônio Líquido	5.760	801	363	985	7.645	4.379

2011						
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Ativo Circulante	2.658	360	133	561	12.424	5.003
Ativo não Circulante	14.447	1.300	423	164	180.717	223
Passivo Circulante	832	815	256	228	10.262	127
Passivo não Circulante	11.120	84	47	28	167.498	5.130
Patrimônio Líquido	5.153	761	253	469	15.381	(31)

2012						
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Receita operacional	9.364	4.611	1.336	2.931	3.249	-
Despesa operacional	(8.775)	(4.747)	(1.203)	(2.715)	(10.118)	(1.057)
Receitas financeiras líquidas	85	104	22	19	26	336
Lucro (prejuízo) no exercício	674	(32)	155	235	(6.843)	(721)

2011						
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Receita operacional	9.203	2.985	651	2.498	-	-
Despesa operacional	(10.494)	(2.954)	(568)	(2.730)	(1.438)	(992)
Receitas financeiras líquidas	115	31	5	44	-	60
Lucro (prejuízo) no exercício	(1.176)	62	88	(188)	(1.438)	(932)

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas.

3.2 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são os mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, indenizações a receber, saldos a receber da Agência Nacional de Água – ANA, empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, juros sobre capital próprio a pagar, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP, e compromissos contratos de programa. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.3 Receita de vendas e serviços prestados

(a) Receita de vendas e serviços prestados

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 e IAS 11 (Contratos de construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação com custo total estimado. Contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos e o total é reconhecido como receita de construção.

3.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6 Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso corrente indeterminado, ou seja, não existe definição se a Companhia irá utilizar a propriedade na operação ou venderá a propriedade em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e é descrita na Nota 12(a). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil e reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os casos de ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período seria superior a 12 meses. Este período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da SABESP.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica “outras receitas operacionais”.

(a) Contratos de concessão/programa

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos da SABESP sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a SABESP tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 “Receita de vendas e serviços prestados”.

Ativos intangíveis relacionados aos Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

A Lei 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment.

3.10 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 13. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

3.12 Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos abaixo.

A capitalização ocorre durante o período no qual o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local.

3.13 Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.14 Participação nos resultados

O programa de participação nos resultados para os funcionários da Companhia é baseado em metas operacionais e financeiras, gerais da Companhia como um todo, e no desempenho de cada unidade de negócio. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o período de competência, sendo contabilizada como despesa operacional e custo das vendas e dos serviços prestados.

3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais, depósitos caução e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado com segurança. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidas para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos caução embasados no direito legal de compensação. As bases e a natureza das provisões para riscos civis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritas na Nota 16.

Os depósitos caução não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos caução são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades fiscais.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente.

3.16 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.17 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota desde 2008 o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e obrigatório à partir de 2010.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009, referente aos anos calendário de 2008 e 2009. Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia adotou as prerrogativas definidas no RTT.

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por cada controlada em conjunto) com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de

preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.18 Impostos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência. Os impostos incidentes sobre os valores faturados à entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre “outras receitas operacionais” são apresentados dedutivamente na própria linha da demonstração do resultado.

3.19 Plano de Previdência Privada

(a) Benefício definido

O passivo relacionado aos planos de pensão, está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

A Companhia adota o método do “corredor” para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nas premissas atuariais e ajustes aos planos de pensão, dentro dos limites do “corredor”, na medida em que superarem 10% do valor justo dos ativos do plano ou 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos, são debitados ou creditados ao resultado sobre o período médio remanescente de serviço dos empregados ativos. Quanto maior a quantidade de assistidos no plano, menor o período médio remanescente de serviço dos empregados ativos. Para os planos que possuem substancialmente assistidos e pensionistas, a Companhia registra todos os ganhos e perdas atuariais excedentes aos limites do corredor imediatamente, ou seja, no primeiro dia do exercício subsequente após a apuração dos referidos ganhos ou perdas atuariais. As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo das vendas e dos serviços prestados, despesas de vendas ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, mas esta se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos anteriormente. A parcela

proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registrados no resultado do período em que são devidas.

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida (Sabesprev Mais), administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigação de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

3.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos, provisões, parceria público privada, compromissos contratos de programa e provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência pro rata temporis.

As correções monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.21 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional. Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato do arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento

financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo.

3.22 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento.

3.24 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.25 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.26 Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com as informações utilizadas internamente pela Administração, para a tomada de decisões estratégicas, a alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Com base na forma como a Companhia trata seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, foram demonstrados dois segmentos operacionais (água e esgoto) para fins de reporte financeiro. As informações por segmento estão demonstradas na Nota 21.

3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados à ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, onde os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos em contra-partida do próprio ativo enquanto estiver em andamento.

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012

Novas normas e revisões

<u>Norma</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de vigência</u>
Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes (alterações à IAS 12)	Altera a IAS 12 – Impostos sobre a Renda para fornecer a premissa de que a recuperação do valor contábil de um ativo mensurado com base no modelo de valor justo da IAS 40 – Propriedade de Investimentos será, normalmente, realizada por meio da venda. Devido às alterações, a SIC 21 – Impostos sobre a Renda – Recuperação de Ativos Reavaliados e Não Sujeitos à Depreciação não seria aplicável às propriedades para investimentos contabilizadas ao valor justo. As alterações também incorporam à IAS 12 uma orientação remanescente anteriormente contida na SIC 21, que foi devidamente retirada.	1º de janeiro de 2012

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros ⁴
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas ²
IFRS 11	Negócios em Conjunto ²
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades ²
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo ²
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente ¹
Modificações à IFRS 7	Divulgação –Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros ²
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição ⁴
Modificações às IFRS 10, 11 e 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição ²
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados ²
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas ²
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e Joint Ventures ²
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros ³
Modificações às IFRSs	Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície ²

1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

3 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

4 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

As novas normas, alterações ou interpretações das normas que poderão ter efeito para a Companhia são as seguintes:

A IFRS 11 substitui a IAS 31 *Participações em Joint Ventures*. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 *Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores* será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

A adoção da IFRS 11 resultará em alterações na contabilização dos investimentos mantidos pela Companhia na Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho,

Saneaqua Mairinque S.A., Aquapolo Ambiental S.A. e Attend Ambiental S/A, entidades controladas em conjunto de acordo com o IAS 31, atualmente contabilizadas pelo método de consolidação proporcional. De acordo com a IFRS 11, estas entidades controladas em conjunto serão classificadas como *joint venture* e registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Companhia nos ativos líquidos, resultado do exercício e outros resultados abrangentes da Companhia em uma única conta que será apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou do resultado abrangente como “investimento em joint venture” e “participação nos lucros (prejuízos) de joint venture”, respectivamente. Desta forma, os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e em 1º de janeiro de 2011 são demonstrados abaixo:

31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do IFRS 11	Após a aplicação do IFRS 11
Ativo			
Total do ativo circulante	3.336.865	(6.267)	3.330.598
Investimentos	-	20.826	20.826
Intangível	21.991.922	(24.396)	21.967.526
Imobilizado	383.383	(186.673)	196.710
Total do ativo não circulante	23.338.928	(202.834)	23.136.094
Total do Ativo	26.675.793	(209.101)	26.466.692
31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do IFRS 11	Após a aplicação do IFRS 11
Passivo e patrimônio líquido			
Total do passivo circulante	3.797.370	(39.181)	3.758.189
Empréstimos e financiamentos	7.701.929	(169.268)	7.532.661
Total do passivo não circulante	11.162.846	(169.920)	11.992.926
Total do passivo	14.960.216	(209.101)	14.751.115
Total do patrimônio líquido	11.715.577	-	11.715.577
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	26.675.793	(209.101)	26.466.692

	2012		
	Original	Efeitos do IFRS 11	Após a aplicação do IFRS 11
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	10.754.435	(16.804)	10.737.631
Lucro bruto	4.289.037	(1.357)	4.287.680
Equivalência patrimonial	-	(6.532)	(6.532)
Lucro operacional	2.845.260	(1.916)	2.843.344
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.543.904	3.768	2.547.672
Lucro líquido do exercício	1.911.900	-	1.911.900
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	8,39	-	8,39

IAS 19 Benefícios a Empregados

As modificações às IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e perdas atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Além disso, as despesas com juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano utilizados na versão anterior da IAS 19 foram substituídos por um valor de "juros líquidos", calculado com base na taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido.

As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Com base na avaliação preliminar da Administração, o impacto da adoção inicial da Companhia as alterações à IAS 19 no exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, seria uma redução do patrimônio líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2013 no montante de R\$ 468.220 (aumento no patrimônio líquido de R\$ 34.370 em 1º de janeiro de 2012).

Esse efeito representa o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais por meio de outros resultados abrangentes.

Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 (maio de 2012)

As melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:

- alterações à IAS 16 – Imobilizado e
- alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação.

Alterações à IAS 16

As alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, equipamentos reservas e equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16 e de outra forma, como estoque. A Companhia não espera ter impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 32

As alterações à IAS 32 esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o lucro. A Companhia não espera ter impactos significativos nas demonstrações financeiras.

4.3 Gestão de Risco Financeiro

4.3.1 Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene. Os passivos da SABESP em moeda estrangeira incluem empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, principalmente.

No caso de desvalorização do real em relação à moeda estrangeira na qual a dívida esteja denominada, a SABESP incorrerá em prejuízo monetário com relação a tal dívida.

Os riscos cambiais específicos da SABESP estão associados às exposições geradas por sua dívida de curto e longo prazos em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” e também não possui qualquer instrumento financeiro para proteção contra tal risco, no

entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 3.215,8 milhões em 31 de dezembro 2012 (dezembro/2011 – R\$ 3.053,4 milhões). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.136.274	2.321.976	1.113.236	2.088.208
Empréstimos e financiamentos – Iene	37.535.650	890.346	39.456.912	959.198
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		12.487		13.025
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		6.374		6.646
TOTAL		3.231.183		3.067.077

O quadro acima demonstra os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, ressaltando que o saldo se encontra bruto no que se refere às custas de captação que totalizam o valor de R\$ 15.422 em 31 de dezembro de 2012 (dezembro/2011 – R\$ 13.656).

Em 31 de dezembro de 2012, caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$ 323.118 (dezembro/2011 - R\$ 306.708), a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	(Provável)	(+25%)	(+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2012 (Passiva) em US\$	1.136.274	1.136.274	1.136.274
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2012	2,0435	2,0435	2,0435
Taxa cambial estimada conforme cenário	2,0900	2,6125	3,1350
Diferença entre as taxas	(0,0465)	(0,5690)	(1,0915)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(52.837)	(646.540)	(1.240.243)

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	(Provável)	(+25%)	(+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2012 (Passiva) em Iene	37.535.650	37.535.650	37.535.650
Taxa do Iene em 31 de dezembro de 2012	0,02372	0,02372	0,02372
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,02443	0,03054	0,03664
Diferença entre as taxas	(0,00071)	(0,00682)	(0,01292)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(26.650)	(255.993)	(484.960)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(79.487)	(902.533)	(1.725.203)

(*) Para o cenário provável em US\$ foi considerado a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2012, conforme BM&FBovespa. Para a moeda Iene, foi utilizada a cotação média para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2012, conforme BM&FBovespa.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
UPR ⁽ⁱ⁾	2.019.924	2.350.919
CDI ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.799.830	1.815.000
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	845.913	881.861
IPCA ^(iv)	697.385	180.759
LIBOR ^(v)	1.243.058	1.123.662
Juros e encargos	95.475	108.053
Total	6.701.585	6.460.254

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
UPR ⁽ⁱ⁾	2.192.684	2.520.936
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.799.830	1.815.000
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	845.913	881.861
IPCA ^(iv)	697.385	180.759
LIBOR ^(v)	1.243.058	1.123.662
Juros e encargos	114.421	110.999
Total	6.893.291	6.633.217

(i) UPR - Unidade Padrão de Referência

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo

(iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 67.015 (dezembro/2011 - R\$ 64.602) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável. E no consolidado o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido R\$ 68.932 (dezembro/2011 - R\$ 66.332) a mais ou a menos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito, saldos com partes relacionadas e indenizações. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seus recursos exclusivamente junto ao Banco do Brasil (rating AA+(bra)). Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, contas a receber de clientes, caixa restrito, saldos com partes relacionadas e indenizações na data do balanço. Notas 6, 7, 8, 9 e 10.

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para

assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

CONSOLIDADO							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2012							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.798.489	1.262.826	1.702.103	1.141.226	821.117	6.158.718	12.884.479
Empreiteiros e fornecedores	297.198	-	-	-	-	-	297.198
Serviços a pagar	389.091	-	-	-	-	-	389.091
Juros sobre capital próprio	414.355	-	-	-	-	-	414.355
Obrigações previdenciárias	229.406	235.667	242.192	249.770	257.442	1.880.988	3.095.465
Parceria Público-Privada - PPP	41.925	41.925	41.925	41.925	41.925	305.193	514.816
Compromissos Contrato de Programa	160.784	11.227	66.052	4.222	1.911	37.204	281.400
Outras Obrigações	170.691	167.742	-	-	-	-	338.433

CONSOLIDADO							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2011							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	2.115.837	1.689.526	1.157.590	946.577	904.410	5.162.889	11.976.829
Empreiteiros e fornecedores	255.557	-	-	-	-	-	255.557
Serviços a pagar	383.116	-	-	-	-	-	383.116
Juros sobre capital próprio	247.486	-	-	-	-	-	247.486
Obrigações previdenciárias	207.900	212.705	218.855	225.186	232.853	1.837.626	2.935.125
Parceria Público-Privada - PPP	40.825	41.925	41.925	41.925	41.925	347.118	555.101
Compromissos Contrato de Programa	71.088	78.281	1.150	62.974	1.144	16.589	231.226
Outras Obrigações	188.451	195.276	-	-	-	-	383.727

Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os

contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2012.

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

31 de dezembro de 2012				
Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Ativo				
CDI	1.796.577	7,2500% (*)	9,0625%	10,8750%
Juros à incorrer		130.252	162.815	195.378
Passivo				
TR	2.019.924	0,2897% (*)	0,3621%	0,4346%
Juros à incorrer		(5.852)	(7.315)	(8.778)
TJLP	845.913	5,5000% (*)	6,8750%	8,2500%
Juros à incorrer		(46.525)	(58.157)	(69.788)
IPCA	697.385	5,4700% (*)	6,8375%	8,2050%
Juros à incorrer		(38.147)	(47.684)	(57.220)
CDI	1.799.830	7,2500% (*)	9,0625%	10,8750%
Juros à incorrer		(130.488)	(163.110)	(195.732)
LIBOR	1.243.058	0,3420% (**)	0,4275%	0,5130%
Juros à incorrer		(4.251)	(5.314)	(6.377)
Juros totais líquidos à incorrer		<u>(95.011)</u>	<u>(118.765)</u>	<u>(142.517)</u>

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 28/12/2012

(**) Fonte do índice: Bloomberg

(i) Refere-se ao cenário de juros à incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2012 ou até a data dos vencimentos dos contrato, o que for menor.

(e) Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à provisão para deterioração, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo				
AAA(bra)	1.913.893	38.058	1.916.794	43.062
AA+(bra)	-	2.102.304	507	2.104.869
Outros (*)	2.081	1.717	3.877	2.058
	1.915.974	2.142.079	1.921.178	2.149.989

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de *rating* utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA

Com relação aos ativos financeiros referentes a contas a receber de clientes, o risco de crédito da Companhia é minimizado uma vez que a base de clientes é pulverizada.

4.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da

soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial da controladora, com a dívida líquida.

CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total de empréstimos e financiamentos	8.875.255	8.423.332
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.915.974)	(2.142.079)
Dívida líquida	6.959.281	6.281.253
Total do Patrimônio Líquido	11.715.577	10.545.896
Capital total	18.674.858	16.827.149
Índice de alavancagem	37%	37%

CONSOLIDADO		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total de empréstimos e financiamentos	9.069.320	8.596.295
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.921.178)	(2.149.989)
Dívida líquida	7.148.142	6.446.306
Total do Patrimônio Líquido	11.715.577	10.545.896
Capital total	18.863.719	16.992.202
Índice de alavancagem	38%	38%

Em 31 de dezembro de 2012 o índice de alavancagem não sofreu variação em comparação com 31 de dezembro de 2011.

4.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

CONTROLADORA				
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.915.974	1.915.974	2.142.079	2.142.079
Caixa restrito	64.977	64.977	99.733	99.733
Contas a receber de clientes	1.374.632	1.374.632	1.405.728	1.405.728
Saldos com partes relacionadas	262.371	262.371	355.621	355.621
Agência Nacional de Água – ANA	108.099	108.099	100.551	100.551
Demais contas a receber	141.027	141.027	78.099	78.099
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	8.875.255	9.201.317	8.423.332	8.368.632
Empreiteiros e fornecedores	295.392	295.392	244.658	244.658

CONSOLIDADO				
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.921.178	1.921.178	2.149.989	2.149.989
Caixa restrito	64.977	64.977	99.733	99.733
Contas a receber de clientes	1.378.853	1.378.853	1.406.372	1.406.372
Saldos com partes relacionadas	262.371	262.371	355.621	355.621
Agência Nacional de Água – ANA	108.099	108.099	100.551	100.551
Demais contas a receber	134.219	134.219	95.325	95.325
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	9.069.320	9.418.918	8.596.295	8.500.515
Empreiteiros e fornecedores	297.198	297.198	255.557	255.557

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas a taxas foram obtidas da BM&F.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, tendo como base a data de 31 de dezembro de 2012 e os títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&F Bovespa.
- (v) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2012.
- (vi) Os contratos com a JICA, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando a taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2012.
- (vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

5 Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

- (a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 3.4.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite

que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão. A Companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, e no final do contrato, o valor remanescente do ativo intangível será igual ao valor residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas na nota 3.8.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. O uso de diferentes premissas e estimativas e mudanças futuras podem afetar a vida útil desses ativos intangíveis e com um impacto relevante no resultado das operações.

(c) Provisões

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 16.

(d) Obrigações Previdenciárias – Planos de Pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos na nota 17.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, e os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o

CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

CONTROLADORA		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e bancos	119.397	114.794
Equivalentes de caixa	1.796.577	2.027.285
	1.915.974	2.142.079
CONSOLIDADO		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e bancos	119.846	118.867
Equivalentes de caixa	1.801.332	2.031.122
	1.921.178	2.149.989

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em dezembro de 2012 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 101,01% do CDI (dezembro/2011 – 100,19%).

7 Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia registrava caixa restrito, no ativo circulante, no valor de R\$ 64.977 (dezembro/2011 – R\$ 99.733), sendo o montante de R\$ 54.742 referente a arrecadação proveniente da prestação de serviços à Prefeitura do Município de São Paulo, líquidos de impostos. Esses recursos devem ser reinvestidos no sistema de água e esgoto da cidade de São Paulo.

8 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	CONTROLADORA	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	949.800	885.203
Acordos (iii)	249.470	249.929
	1.199.270	1.135.132
Entidades governamentais:		
Municipais	610.779	578.463
Federais	3.150	2.517
Acordos (iii)	181.271	182.381
	795.200	763.361
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	578.314	513.218
Mauá	281.398	244.204
Mogi das Cruzes	15.202	14.864
Santo André	620.276	547.764
São Caetano do Sul	2.072	1.955
Diadema	180.465	164.337
	1.677.727	1.486.342
Total por atacado – Prefeituras Municipais		
	425.843	457.321
Fornecimento a faturar		
	4.098.040	3.842.156
Subtotal		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.723.408)	(2.436.428)
	1.374.632	1.405.728
Total		
	1.038.945	1.072.015
Circulante		
Não circulante (v)	335.687	333.713
	1.374.632	1.405.728

O saldo consolidado totaliza o montante de R\$ 1.378.853 (dezembro/2011 – R\$ 1.406.372), sendo a diferença de R\$ 4.221 (dezembro/2011 – R\$ 644), em relação ao saldo da controladora, referente ao contas a receber, de curto prazo, das investidas, Águas de Andradina R\$ 457, Saneagua Mairinque R\$ 200, Águas de Castilho R\$ 189, Sesamm R\$ 290 e Aquapolo R\$ 3.085.

(i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas

(ii) Rol especial - grandes consumidores, comércios, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).

(iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.

(iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP, os quais possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão classificados no ativo não circulante.

	2012	2011
Saldo no início do exercício	1.486.342	1.343.445
Faturamento por serviços prestados	394.922	340.068
Recebimentos – serviços do exercício corrente	(165.967)	(167.024)
Recebimentos – serviços de exercícios anteriores	(37.570)	(30.147)
Saldo no final do exercício	<u>1.677.727</u>	<u>1.486.342</u>
Circulante	33.924	26.485
Não circulante	1.643.803	1.459.857

(v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosos.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Valores a vencer	1.091.834	1.129.337
Vencidos:		
Até 30 dias	197.936	184.958
Entre 31 e 60 dias	97.426	79.720
Entre 61 e 90 dias	61.527	50.020
Entre 91 e 120 dias	50.729	39.686
Entre 121 e 180 dias	89.297	70.037
Entre 181 e 360 dias	139.788	137.039
Acima de 360 dias	<u>2.369.503</u>	<u>2.151.359</u>
Total vencidos	<u>3.006.206</u>	<u>2.712.819</u>
Total	<u>4.098.040</u>	<u>3.842.156</u>

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2012	2011
Saldo no início do exercício	2.436.428	2.219.420
De particular/entidades públicas	126.823	83.094
Recuperações	(49.183)	(35.415)
De fornecimento por atacado	209.340	169.329
Adições no exercício	286.980	217.008
Saldo no final do exercício	2.723.408	2.436.428
Circulante	1.242.967	1.132.638
Não circulante	1.480.441	1.303.790

Reconciliação provisão para perdas no resultado

	2012	2011
Perdas (baixa)	79.454	77.905
Provisão entidades estaduais (partes relacionadas)	35.142	-
Provisão particular/entidades públicas	126.823	83.094
Reversão de fornecimento por atacado	-	(5.324)
Recuperações	(49.183)	(35.415)
Saldo	192.236	120.260

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

9 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo (controladora e consolidado)

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	113.027	116.441
Acordo GESP (iii), (iv) e (v)	-	41.360
Provisão para perdas (i)	(47.531)	(12.389)
Reembolso de complementação de aposentadoria e e pensão –acordo Gesp (ii) e (vi)	35.278	31.887
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – fluxo mensal (ii) e (vi)	<u>8.499</u>	<u>8.034</u>
Total do circulante	<u>109.273</u>	<u>185.333</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Acordo GESP (ii) e (vi)	<u>153.098</u>	<u>170.288</u>
Total do não circulante	<u>153.098</u>	<u>170.288</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>262.371</u>	<u>355.621</u>
Prestação de serviços de água e esgoto	65.496	145.412
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	<u>196.875</u>	<u>210.209</u>
Total	262.371	355.621
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	228.214	153.368

	2012	2011
Receita bruta de vendas e serviços prestados		
Venda de água	228.890	216.933
Serviços de esgoto	202.094	188.059
Recebimentos de partes relacionadas	(481.204)	(425.129)
Receitas financeiras	161.552	271.847
Recebimento de reembolso GESP referente a Lei 4.819/58	104.426	89.505

(i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

Foi constituída provisão para perdas de valores vencidos há mais de 360 dias, em função da incerteza no recebimento dos mesmos (R\$ 47.531 em 2012 e R\$ 12.389).

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 (“Benefícios”) pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Gesp dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, 2.459 e 2.492 aposentados, respectivamente, receberam complementos de aposentadoria, sendo que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia pagou R\$ 132.704 e R\$ 124.421, respectivamente. Havia 27 empregados ativos em 31 de dezembro de 2012 que farão jus a esses benefícios por ocasião de sua aposentadoria, em comparação aos 36 em 31 de dezembro de 2011.

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

(iii) Acordo GESP

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (“Acordo GESP”), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto, bem como aos benefícios de aposentadoria.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiaçupeba, Jundiaí, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova (“Reservatórios”), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questionou a validade jurídica desse acordo, cujo

argumento principal é a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável, caso não se obtenha a aludida autorização legislativa, o que impediria a transferência dos respectivos reservatórios como amortização parcial do saldo a receber. Ver informações adicionais no item (vi) abaixo.

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

(v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 02 de janeiro de 2008. Em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver item (iii) acima) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA/FIPE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(vii) Valor Controverso dos Benefícios

Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 04 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como valor controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 09 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4819/58, o que permitirá equacionar, em definitivo, o aludido valor controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 1.351.210 e R\$ 1.290.663, respectivamente, incluindo o valor de R\$ 696.283 referentes à transferência dos reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 1.547.161 e R\$ 1.512.078, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 17.

(b) Acordos para utilização de Reservatórios

A Companhia utiliza em suas operações os reservatórios de Guarapiranga e Billings, de propriedade de outra companhia controlada pelo Governo do Estado (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE), conforme outorgas conferidas pelo órgão competente para essa finalidade e em linha com a legislação em vigor.

A EMAE pretende o pagamento de crédito e compensação financeira pela utilização da água desses reservatórios, bem como o ressarcimento de danos relacionados ao não pagamento em época própria.

A Companhia entende que não é devido qualquer valor pela utilização desses reservatórios, mas é responsável por sua manutenção e seus custos operacionais. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes, havendo o risco de inviabilizar a prestação adequada de seus serviços na região, além de elevar o custo de captação.

Três ações foram ajuizadas, sendo duas cautelares para interrupção da prescrição e uma para instituição de compromisso arbitral, por força de uma cláusula compromissória existente no convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e a antiga Light, no ano de 1958.

Entende a acionante que a divergência de entendimentos havida entre ela e a SABESP deveria ser resolvida no âmbito do Tribunal Arbitral, argumento rebatido pela SABESP que, por sua vez, defende não se vincular a um convênio o qual sua antecessora apenas participou como interveniente.

Foi determinada a instituição do compromisso arbitral em fevereiro de 2012, decisão esta sujeita a recurso. Não obstante, acaso o procedimento se inicie paralelamente, a SABESP se utilizará dos meios disponíveis junto aos Tribunais para defender sua tese. A administração da Companhia avaliou o risco como de possível perda.

(c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA).

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(d) Aval

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

(e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2012, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP à outras entidades estaduais somaram R\$ 12.298 (dezembro/2011 - R\$ 10.888).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não houve gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP.

(f) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 958 e R\$ 12.062 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

(g) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 969 relativo a terrenos cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica (dezembro/2011 – a R\$ 2.289).

(h) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – (“SABESPREV”). O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 577.169 (dezembro/2011 – R\$ 538.619), conforme nota 18 (b).

(i) Remuneração da Administração

Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia e está sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração corresponde a 30% da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada recebem:

Bônus:

Para fins de remuneração dos administradores das companhias em que o Estado é o acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Gratificação anual:

Equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pago apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias e pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Os gastos relacionados a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretores foi de R\$ 3.211 e R\$ 2.614 para os exercícios de 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, e referem-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R\$ 1.074, referente ao programa de bônus, foi registrado no exercício de 2012 (dezembro/2011 - R\$ 1.069).

(j) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias. Desta forma, estas SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto, e são consolidadas proporcionalmente conforme CPC 19.

Estas SPE's foram constituídas para a execução de projetos específicos, e após sua conclusão serão extintas.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradina S.A, Águas de Castilho S.A e Aquapolo Ambiental S.A, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto à rede bancária.

Os contratos firmados em 19 de janeiro de 2012 com Águas de Andradina e Águas de Castilho, foram liquidados em julho de 2012, conforme previsão contratual. Em 18 de julho de 2012, foram assinados novos contratos na mesma modalidade, com ambas as empresas, conforme condições apresentadas no quadro abaixo. O contrato firmado com a Aquapolo Ambiental, em 30 de março de 2012, permanece com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

SPE	Limite de crédito	Saldo principal desembolsado	Saldo de juros	Taxa de juros	Vencimento
Águas de Andradina	3.467	1.427	21	SELIC + 3,5% a.a.	17/07/2013
Águas de Castilho	675	403	6	SELIC + 3,5% a.a.	17/07/2013
Aquapolo Ambiental	5.629	5.629	519	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016
Aquapolo Ambiental	19.000	19.000	1.076	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2015
Totais	28.771	26.459	1.622		

O valor desembolsado está contabilizado no Ativo da Companhia na rubrica “Demais Contas a Receber”, sendo R\$ 1.830 de principal e R\$ 27 de juros classificados no Ativo Circulante e R\$ 24.629 de principal e R\$ 1.595 de juros no Ativo Não Circulante. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo de principal e juros destes

contratos é de R\$ 28.081. No exercício de 2012, a receita financeira foi impactada em R\$ 1.672, referente a estes mútuos; sendo R\$ 1.622 referente aos contratos em vigor e R\$ 50 referente aos contratos liquidados em julho/2012.

10 Indenizações a Receber

(i) Diadema

Indenizações a receber é um ativo não circulante representando valores a receber do município de Diadema, como indenização pela retirada unilateral da concessão de serviço de água e esgoto da Companhia em 1995. Em 31 de dezembro de 2011, esse ativo importava em R\$ 60.295.

A Companhia investiu na construção de sistemas de água e esgoto nos municípios de Diadema e Mauá para atender aos seus compromissos de serviço de concessão. Pela rescisão unilateral das concessões de Diadema e Mauá, os municípios assumiram a responsabilidade de fornecer serviços de água e esgoto naquelas áreas. Naquele momento, a Companhia reclassificou os saldos do imobilizado relacionados aos ativos utilizados naqueles municípios para o ativo não circulante (indenizações a receber).

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Diadema, reclassificados em dezembro de 1996 foi de R\$ 75.231, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 60.295 em 31 de dezembro de 2011. Em dezembro de 2012, foi registrada a provisão contábil correspondente ao valor total do crédito detido pela Companhia, no montante de R\$ 60.295.

A SABESP deu início a demandas judiciais para cobrar os valores devidos pelos municípios. Foi proposta execução de acordo celebrado com a Prefeitura de Diadema e a Companhia de Saneamento de Diadema – Saned para o pagamento da indenização, tendo sido apresentados embargos à execução pela Prefeitura de Diadema. Em julho de 2008, foi autorizada a realização de penhora de dinheiro em contas e aplicações financeiras da Saned (penhora online) em até 10% do valor atualizado do débito, tendo sido bloqueados e levantados R\$ 2.919 em 3 de março de 2009. Posteriormente, o Tribunal de Justiça determinou que a penhora fosse feita mediante depósito semanal pela Saned do valor correspondente a 20% de tudo o que receber em suas contas e aplicações financeiras. A Saned interpôs recursos contra essa decisão, pendendo atualmente de julgamento agravo de instrumento dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

Nos embargos à execução opostos pelo Município de Diadema foi proferida sentença, em outubro de 2009, reconhecendo a existência e exigibilidade do débito, e afirmando que a execução contra o Município deve ser feita mediante precatório. A SABESP e a Prefeitura recorreram dessa sentença. A SABESP obteve em setembro de 2011 decisão favorável do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, afirmando ser constitucional a lei municipal que possibilitou o bloqueio dos repasses de ICMS feitos pelo Estado ao Município (em vez de pagamento apenas por precatório). Em julho de 2012 foi finalizado o julgamento dos recursos, tendo sido dado parcial provimento ao recurso da SABESP para determinar o prosseguimento da execução mediante o bloqueio dos repasses do produto do ICMS pelo Estado de São Paulo ao Município de Diadema.

Em 29 de dezembro de 2008, a Saned e o município de Diadema celebraram com o Estado de São Paulo e a SABESP um Protocolo de Intenção com o objetivo de elaborar estudos e conduzir negociações para instruir decisões de Diadema e da SABESP, visando à prestação exclusiva de serviços de água e esgoto no município de Diadema, mediante solução amigável para os conflitos hoje existentes entre as empresas.

Em janeiro de 2009 as partes apresentaram petição conjunta requerendo a suspensão das novas penhoras,

pelo prazo de três meses, para tentar viabilizar um acordo. A suspensão foi deferida pelo Juízo da Fazenda Pública e sucessivamente renovada, tendo a última renovação ocorrido em março de 2012, em face das tratativas de acordo.

A SABESP retomou a execução em dezembro de 2012 mediante o bloqueio (penhora) do repasse de ICMS ao Município de Diadema. Após a expedição de ofício para o bloqueio, foi concedido efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pelo Município de Diadema contra o acórdão que autorizou o prosseguimento da execução mediante a penhora dos repasses.

Atualmente o bloqueio dos repasses encontra-se suspenso e aguarda-se o julgamento do agravo interposto pelo Município de Diadema contra a decisão que determinou que fosse expedido o ofício, bem como a análise do pedido de reconsideração apresentado pela SABESP em face da decisão que concedeu o efeito suspensivo ao recurso extraordinário.

De forma paralela, a SABESP continua as tratativas para celebrar o novo acordo com a atual administração do Município de Diadema.

Por outro lado, contra o acordo que lastreia a execução movida contra o Município de Diadema e a Saned pendente ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em que se aguarda desde 2004 o início de perícia de engenharia e contábil. Após o início das tratativas com Diadema, o Ministério Público requereu a extinção da ação civil pública, o que foi rejeitado e foi objeto de recurso por parte da SABESP.

(ii) **Mauá**

Com relação a Mauá, foi proferida decisão em primeira instância determinando que o Município pague o valor de R\$ 153,2 milhões como compensação pelos investimentos efetuados no município pela SABESP e pelos lucros cessantes. Essa sentença foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão já transitada em julgado, e a SABESP já retomou a execução em outubro de 2012. Atualmente aguarda-se a citação da Prefeitura do Município de Mauá e da SAMA.

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Mauá, reclassificados em dezembro de 1999, foi de R\$ 103.763, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 85.918 em 31 de dezembro de 2010. As decisões judiciais têm sido favoráveis a Companhia e o recebimento dos valores devidos pelo município, deverão ocorrer na forma de precatórios, os quais serão reconhecidos quando do efetivo recebimento, tendo em vista as incertezas relacionadas a quitação dos montantes envolvidos e o histórico relacionado a priorização dos pagamentos dos precatórios do município de Mauá.

Em dezembro de 2012 e 2011, o valor de indenização referente ao município de Mauá encontra-se totalmente provisionado.

A Administração continua a afirmar que a Companhia possui direito legal a receber os valores correspondentes à indenização e continua a monitorar a situação dos processos legais.

11 Intangível

(a) Saldos patrimoniais (*)

CONTROLADORA						
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Amortização			Amortização		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	8.408.007	(1.511.813)	6.896.194	8.362.440	(1.630.618)	6.731.822
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	1.402.854	(292.918)	1.109.936	1.252.422	(247.434)	1.004.988
Contratos de programa (iii)	5.288.541	(1.469.369)	3.819.172	3.914.369	(1.169.810)	2.744.559
Contratos de programa – compromissos (iv)	627.989	(56.898)	571.091	473.327	(38.341)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	10.604.942	(1.036.455)	9.568.487	9.781.799	(591.226)	9.190.573
Novos negócios (vi)	-	-	-	21.400	(4.923)	16.477
Licença de uso de software	55.615	(52.969)	2.646	52.743	(50.427)	2.316
Total	26.387.948	(4.420.422)	21.967.526	23.858.500	(3.732.779)	20.125.721

CONSOLIDADO						
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Amortização			Amortização		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	8.432.421	(1.511.981)	6.920.440	8.378.432	(1.630.664)	6.747.768
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	1.402.854	(292.918)	1.109.936	1.252.422	(247.434)	1.004.988
Contratos de programa (iii)	5.288.541	(1.469.369)	3.819.172	3.914.369	(1.169.810)	2.744.559
Contratos de programa – compromissos (iv)	627.989	(56.898)	571.091	473.327	(38.341)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	10.604.942	(1.036.455)	9.568.487	9.781.799	(591.226)	9.190.573
Novos negócios (vi)	-	-	-	21.400	(4.923)	16.477
Licença de uso de software	55.784	(52.988)	2.796	52.755	(50.429)	2.326
Total	26.412.531	(4.420.609)	21.991.922	23.874.504	(3.732.827)	20.141.677

(b) Movimentação

CONTROLADORA								
	31 de dezembro de 2011	Adições	Renovação Contrato	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2012	
Intangíveis decorrentes de:								
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.731.822	976.205	(652.973)	(21.602)	(916)	(136.342)	6.896.194	
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	1.004.988	150.963	-	-	(14)	(46.001)	1.109.936	
Contratos de programa (iii)	2.744.559	483.448	652.973	-	(3.095)	(58.713)	3.819.172	
Contratos de programa – compromissos (iv)	434.986	154.662	-	-	-	(18.557)	571.091	

CONTROLADORA							
	31 de dezembro de 2011	Adições	Renovação Contrato	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2012
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	9.190.573	882.868	-	(49.486)	(5.977)	(449.491)	9.568.487
Novos negócios (vi)	16.477	-	-	(16.477)	-	-	-
Licença de uso de Software	2.316	2.872	-	-	-	(2.542)	2.646
Total	20.125.721	2.651.018	-	(87.565)	(10.002)	(711.646)	21.967.526

CONTROLADORA							
	31 de dezembro de 2010	Adições	Renovação contratos	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2011
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.328.773	1.114.665	(403.786)	(63.487)	(16.228)	(228.115)	6.731.822
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	982.973	2.166	-	57.718	(2.780)	(35.089)	1.004.988
Contratos de programa (iii)	2.134.377	225.510	403.786	(31)	(3.810)	(15.273)	2.744.559
Contratos de programa – compromissos (iv)	311.276	139.385	-	-	-	(15.675)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	8.764.958	930.961	-	(36.234)	(32.383)	(436.729)	9.190.573
Novos negócios (vi)	11.228	9.271	-	-	-	(4.022)	16.477
Licença de uso de Software	7.937	3.285	-	-	-	(8.906)	2.316
Total	18.541.522	2.425.243	-	(42.034)	(55.201)	(743.809)	20.125.721

CONSOLIDADO							
	31 de dezembro de 2011	Adições	Renovação Contrato	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2012
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.747.768	984.630	(652.973)	(21.602)	(916)	(136.467)	6.920.440
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.004.988	150.963	-	-	(14)	(46.001)	1.109.936
Contratos de programa (iii)	2.744.559	483.448	652.973	-	(3.095)	(58.713)	3.819.172
Contratos de programa – compromissos (iv)	434.986	154.662	-	-	-	(18.557)	571.091
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	9.190.573	882.868	-	(49.486)	(5.977)	(449.491)	9.568.487
Novos negócios (vi)	16.477	-	-	(16.477)	-	-	-
Licença de uso de Software	2.326	3.029	-	-	-	(2.559)	2.796
Total	20.141.677	2.659.600	-	(87.565)	(10.002)	(711.788)	21.991.922

CONSOLIDADO								
	31 de dezembro de 2010	Adições	Renovação contratos	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2011	
Intangíveis decorrentes de:								
Contrato de concessão - valor patrimonial (i)	6.334.087	1.125.334	(403.786)	(63.487)	(16.228)	(228.152)	6.747.768	
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	982.973	2.166	-	57.718	(2.780)	(35.089)	1.004.988	
Contratos de programa (iii)	2.134.377	225.510	403.786	(31)	(3.810)	(15.273)	2.744.559	
Contratos de programa - compromissos (iv)	311.276	139.385	-	-	-	(15.675)	434.986	
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)	8.764.958	930.961	-	(36.234)	(32.383)	(436.729)	9.190.573	
Novos negócios (vi)	11.228	9.271	-	-	-	(4.022)	16.477	
Licença de uso de Software	7.937	3.297	-	-	-	(8.908)	2.326	
Total	18.546.836	2.435.924	-	(42.034)	(55.201)	(743.848)	20.141.677	

(*) A Companhia procedeu a reclassificação entre linhas na nota explicativa do ativo intangível, não alterando os saldos iniciais ou finais, nem a movimentação das contas, uma vez que essa reclassificação não demanda a alteração das taxas de amortização, com o que também não representou nenhum ajuste no balanço, no resultado, na demonstração do fluxo de caixa ou patrimônio líquido.

Tal reclassificação, em benefício de uma informação mais precisa, refere-se aos itens pré-existentes às assinaturas dos contratos de programa e de prestação de serviço que, nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, estavam classificados na linha "Contrato de Concessão". Os itens pré-existentes foram classificados como contratos de concessão antes da assinatura dos contratos de programa e de prestação de serviço.

O prazo de amortização dos itens pré-existentes transferidos do grupo "Contratos de Concessão - Valor Patrimonial" para os grupos "Contratos de Concessão - Valor Econômico", "Contratos de Programa" e "Contratos de Serviços - São Paulo" são amortizados pelo prazo de vida útil, ou seja, possuem o mesmo critério de amortização, independentemente do grupo em que estão classificados.

Os efeitos líquidos destas reclassificações são os seguintes: em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados R\$ 4.341.877 de contratos de concessão para contrato de programa (R\$ 1.673.779), para contrato de prestação de serviços (R\$ 2.668.098). Em 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados R\$ 3.938.089 de contratos de concessão para contrato de programa (R\$ 1.269.993) e para contrato de prestação de serviços (R\$ 2.668.096). Os totais dos saldos do ativo intangível tanto em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não foram alterados.

(c) Serviços de construção

CONSOLIDADO			
2012			
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.054.851	1.419.761	2.474.612
Custo de construção	1.036.456	1.387.341	2.423.797

	CONSOLIDADO		
	2011		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.066.524	1.168.254	2.234.778
Custo de construção	1.044.122	1.142.198	2.186.320

(d) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8(a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia operava em 363 municípios no Estado de São Paulo. Na maior parte desses contratos o período de concessão é de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Os contratos de concessão preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao final do período, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) Contratos de concessão – valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas à novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

Amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se a renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações passaram a ser feitas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações Sócio-ambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa (em sua maioria 30 anos).

Em 31 de dezembro de 2012, as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 18.557 (dezembro/2011 – R\$ 15.675).

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na conta “Compromissos Contratos de Programa” no passivo circulante (no montante de R\$ 148.220 e R\$ 62.287 em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente) e não circulante (no montante de R\$ 87.407 e R\$ 130.978 em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente).

(v) Contratos de prestação de serviços – São Paulo

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou um Contrato com o Estado e o Município de São Paulo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição

contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período;

7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e

8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa aproximadamente 55% da receita total da Companhia, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão provisionadas para perdas.

(e) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou, no exercício de 2012, bens adjacentes dos ativos intangíveis no valor de R\$ 10.002 (dezembro/2011 – R\$ 55.201) motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis, bem como resultantes da conclusão do inventário físico.

(f) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2012, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 283.016 com um taxa média de 5,92% (dezembro/2011 – R\$ 261.886, com uma taxa média de 5,32%), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(g) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2012 e 2011 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção consolidada para o ano de 2012 e de 2011 foi de R\$ 50.815 e R\$ 48.458, respectivamente.

(h) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os bens objeto dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2012, o total referente às desapropriações foi de R\$ 34.731 (dezembro/2011 - R\$ 12.167).

(i) Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial – Paes (Nota 14).

(j) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP e a CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, sociedade de propósito específico formada pelas empresas Galvão Engenharia S.A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de Serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado à PPP, era de R\$ 426.791 e R\$ 474.818, respectivamente.

(k) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 5,1 bilhões de obras em andamento em 31 de dezembro de 2012 (dezembro/2011 – R\$ 5,7 bilhões).

(l) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 4,0% em 2012 e 4,3% em 2011.

(m) Propriedade para investimento

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos de “Propriedade para investimentos” são de R\$ 54.046 (dezembro/2011 – R\$ 52.585). Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado destas propriedades é de R\$ 295.538 (dezembro/2011 – R\$ 284.670).

12 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

CONTROLADORA						
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Depreciação		Líquido	Depreciação		Líquido
	Custo	acumulada		Custo	acumulada	
Terrenos	88.328	-	88.328	109.303	-	109.303
Edificações	56.339	(30.778)	25.561	39.574	(30.142)	9.432
Equipamentos	191.202	(121.569)	69.633	160.833	(100.616)	60.217
Equipamentos de transporte	13.882	(7.267)	6.615	21.023	(19.532)	1.491
Móveis e utensílios	16.203	(10.016)	6.187	27.690	(27.593)	97
Outros	1.109	(723)	386	2.758	(1.713)	1.045
	<u>367.063</u>	<u>(170.353)</u>	<u>196.710</u>	<u>361.181</u>	<u>(179.596)</u>	<u>181.585</u>

CONSOLIDADO						
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Depreciação		Líquido	Depreciação		Líquido
	Custo	acumulada		Custo	acumulada	
Terrenos	88.328	-	88.328	109.303	-	109.303
Edificações	233.048	(33.792)	199.256	39.574	(30.142)	9.432
Equipamentos	211.393	(131.480)	79.913	160.915	(100.626)	60.289
Equipamentos de transporte	17.119	(10.455)	6.664	21.071	(19.549)	1.522
Móveis e utensílios	16.567	(10.270)	6.297	27.810	(27.601)	209
Outros	1.448	(1.063)	385	2.758	(1.713)	1.045
Obras em andamento	2.540	-	2.540	174.668	-	174.668
	<u>570.443</u>	<u>(187.060)</u>	<u>383.383</u>	<u>536.099</u>	<u>(179.631)</u>	<u>356.468</u>

(b) Movimentação

CONTROLADORA						
	31 de dezembro de 2010			Baixas e	Depreciação	31 de dezembro de 2011
		Adições	Transferência	alienações		
Terrenos	119.567	-	(10.264)	-	-	109.303
Edificações	12.031	-	(287)	(3)	(2.309)	9.432
Equipamentos	71.466	9.858	-	(1.333)	(19.774)	60.217
Equipamentos de transporte	1.661	1.002	-	(4)	(1.168)	1.491
Móveis e utensílios	453	961	-	(7)	(1.310)	97
Outros	1.206	174	-	-	(335)	1.045
	<u>206.384</u>	<u>11.995</u>	<u>(10.551)</u>	<u>(1.347)</u>	<u>(24.896)</u>	<u>181.585</u>

CONTROLADORA						
	31 de dezembro de 2011	Adições	Transferência	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2012
Terrenos	109.303	-	(20.349)	(626)	-	88.328
Edificações	9.432	-	18.768	(873)	(1.766)	25.561
Equipamentos	60.217	11.829	16.825	(510)	(18.728)	69.633
Equipamentos de transporte	1.491	4.572	1.427	(7)	(868)	6.615
Móveis e utensílios	97	976	5.429	(41)	(274)	6.187
Outros	1.045	-	(498)	-	(161)	386
	<u>181.585</u>	<u>17.377</u>	<u>21.602</u>	<u>(2.057)</u>	<u>(21.797)</u>	<u>196.710</u>

CONSOLIDADO						
	31 de dezembro de 2010	Adições	Transferência	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2011
Terrenos	119.567	-	(10.264)	-	-	109.303
Edificações	12.031	-	(287)	(3)	(2.309)	9.432
Equipamentos	71.466	9.940	-	(1.333)	(19.784)	60.289
Equipamentos de transporte	1.661	1.050	-	(4)	(1.185)	1.522
Móveis e utensílios	453	1.081	-	(7)	(1.318)	209
Outros	1.206	174	-	-	(335)	1.045
Obras em andamento	43.222	131.446	-	-	-	174.668
	<u>249.606</u>	<u>143.691</u>	<u>(10.551)</u>	<u>(1.347)</u>	<u>(24.931)</u>	<u>356.468</u>

CONSOLIDADO						
	31 de dezembro de 2011	Adições	Transferência	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2012
Terrenos	109.303	-	(20.349)	(626)	-	88.328
Edificações	9.432	2.743	190.896	(873)	(2.942)	199.256
Equipamentos	60.289	22.316	16.825	(510)	(19.007)	79.913
Equipamentos de transporte	1.522	4.605	1.427	(7)	(883)	6.664
Móveis e utensílios	209	983	5.429	(41)	(283)	6.297
Outros	1.045	-	(498)	-	(162)	385
Obras em andamento	174.668	-	(172.128)	-	-	2.540
	<u>356.468</u>	<u>30.647</u>	<u>21.602</u>	<u>(2.057)</u>	<u>(23.277)</u>	<u>383.383</u>

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente: edificações 2%; equipamentos 5%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação foi de 9,8%, no ano de 2012 e 9,9% no ano de 2011.

(d) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2012, a parcela dos juros capitalizados equivalente a participação proporcional da Companhia nas controladas em conjunto totalizou R\$ 13.655.

13 Empréstimos e Financiamentos

Instituição financeira	CONTROLADORA					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil	380.631	100.306	480.937	348.695	479.548	828.243
Debêntures 10ª Emissão	36.459	252.166	288.625	2.008	283.293	285.301
Debêntures 11ª Emissão	472.500	535.949	1.008.449	202.500	1.005.748	1.208.248
Debêntures 12ª Emissão	-	499.511	499.511	-	499.613	499.613
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	599.411	-	599.411
Debêntures 14ª Emissão	-	284.649	284.649	-	279.810	279.810
Debêntures 15ª Emissão	-	791.451	791.451	-	-	-
Debêntures 16ª Emissão	-	499.457	499.457	-	-	-
Caixa Econômica Federal	116.867	918.756	1.035.623	110.479	908.452	1.018.931
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	4.154	-	4.154	37.554	3.491	41.045
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	97.855	114.164	16.309	114.165	130.474
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	8.447	80.244	88.691	6.428	67.489	73.917
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	-	6.500	6.500	-	-	-
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	-	13.000	13.000	-	-	-
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	19.230	216.026	235.256	14.270	235.383	249.653
Arrendamento Mercantil	-	215.774	215.774	-	49.609	49.609
Outros	763	2.923	3.686	1.155	3.503	4.658
Juros e Demais Encargos	89.567	-	89.567	100.998	-	100.998
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	1.144.927	4.514.567	5.659.494	1.439.807	3.930.104	5.369.911

Instituição financeira	CONTROLADORA					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA ESTRANGEIRA						
Inter-American Development Bank - BID US\$ 417.295 mil (dez/11 - US\$ 386.862 mil)	77.967	770.494	848.461	71.591	652.141	723.732
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD –US\$26.864 mil (dez/11 - US\$ 10.316 mil)	-	54.492	54.492	-	18.928	18.928
Euro Bônus - US\$ 140.000 mil (dez/11 –US\$ 140.000 mil)	-	285.655	285.655	-	262.067	262.067
Euro Bônus - US\$350.000 mil (dez/11 – US\$ 350.000 mil)	-	708.076	708.076	-	649.024	649.024
JICA 15– Iene 19.591.310 mil (dez/11 – Iene 20.743.740 mil)	27.335	437.371	464.706	28.015	476.266	504.281
JICA 18 – Iene 17.614.720 mil (dez/11 – Iene 18.650.880 mil)	24.578	392.894	417.472	25.189	427.843	453.032
JICA 17-Iene 324.213 mil (dez/11 – Iene 62.292 mil)	-	7.524	7.524	-	1.420	1.420
JICA 19-Iene 5.407 mil	-	1	1	-	-	-
BID 1983AB - US\$202.115 mil (dez/11 - US\$ 226.058 mil)	48.926	361.587	410.513	44.911	376.355	421.266
Juros e Demais Encargos	18.861	-	18.861	19.671	-	19.671
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	197.667	3.018.094	3.215.761	189.377	2.864.044	3.053.421
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.342.594	7.532.661	8.875.255	1.629.184	6.794.148	8.423.332

Cotação de 31 de dezembro de 2012 US\$2,0435; Iene 0,023720 (em 31 de dezembro de 2011 US\$ 1,8758; Iene 0,024310)

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

Instituição financeira	CONSOLIDADO					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil	380.631	100.306	480.937	348.695	479.548	828.243
Debêntures 10ª Emissão	36.459	252.166	288.625	2.008	283.293	285.301
Debêntures 11ª Emissão	472.500	535.949	1.008.449	202.500	1.005.748	1.208.248
Debêntures 12ª Emissão	-	499.511	499.511	-	499.613	499.613
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	599.411	-	599.411
Debêntures 14ª Emissão	-	284.649	284.649	-	279.810	279.810
Debêntures 15ª Emissão	-	791.451	791.451	-	-	-
Debêntures 16ª Emissão	-	499.457	499.457	-	-	-
Debêntures 1ª Emissão – Aquapolo	847	157.020	157.867	-	160.099	160.099
Caixa Econômica Federal	117.217	931.004	1.048.221	110.646	917.574	1.028.220
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	4.154	-	4.154	37.554	3.491	41.045
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	97.855	114.164	16.309	114.165	130.474
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	8.447	80.244	88.691	6.428	67.489	73.917
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	-	6.500	6.500	-	-	-
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	-	13.000	13.000	-	-	-
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	19.230	216.026	235.256	14.270	235.383	249.653
Arrendamento mercantil	-	215.774	215.774	-	49.609	49.609
Outros	5.416	2.923	8.339	1.784	3.503	5.287
Juros e Demais Encargos	108.514	-	108.514	101.028	2.916	103.944
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	1.169.724	4.683.835	5.853.559	1.440.633	4.102.241	5.542.874

Instituição financeira	CONSOLIDADO					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA ESTRANGEIRA						
Inter-American Development Bank - BID US\$ 417.295 mil (dez/11 - US\$ 386.862 mil)	77.967	770.494	848.461	71.591	652.141	723.732
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD –US\$26.864 mil(dez/11 - US\$ 10.316 mil)	-	54.492	54.492	-	18.928	18.928
Euro Bônus - US\$ 140.000 mil (dez/11 –US\$ 140.000 mil)	-	285.655	285.655	-	262.067	262.067
Euro Bônus - US\$350.000 mil (dez/11 – US\$ 350.000 mil)	-	708.076	708.076	-	649.024	649.024
JICA 15– Iene 19.591.310 mil (dez/11 – Iene 20.743.740 mil)	27.335	437.371	464.706	28.015	476.266	504.281
JICA 18 – Iene 17.614.720 mil (dez/11 – Iene 18.650.880 mil)	24.578	392.894	417.472	25.189	427.843	453.032
JICA 17-Iene 324.213 mil (dez/11 – Iene 62.292 mil)	-	7.524	7.524	-	1.420	1.420
JICA 19-Iene 5.407 mil	-	1	1	-	-	-
BID 1983AB - US\$202.115 mil (dez/11 - US\$ 226.058 mil)	48.926	361.587	410.513	44.911	376.355	421.266
Juros e Demais Encargos	18.861	-	18.861	19.671	-	19.671
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	197.667	3.018.094	3.215.761	189.377	2.864.044	3.053.421
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.367.391	7.701.929	9.069.320	1.630.010	6.966.285	8.596.295

Cotação de 31 de dezembro de 2012 US\$2,0435; Iene 0,023720 (31 de dezembro de 2011 US\$ 1,8758 ; Iene 0,024310)

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
EM MOEDA NACIONAL				
Banco do Brasil	GOV.EST.S.PAULO E REC.PRÓPRIOS	2014	8,50%	UPR
Debêntures 10ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2020	TJLP +1,92% (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 11ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 1,95% (1ª série) e CDI + 1,4% (2ª série)	
Debêntures 12ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 13ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2012	CDI + 0,65%	
Debêntures 14ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2022	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 16ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 0,30% à 0,70%	
Debêntures 1ª Emissão – Aquapolo	RECURSOS PRÓPRIOS	2029	TR + 8,75%	
Caixa Econômica Federal	RECURSOS PRÓPRIOS	2011/32	6,8% (ponderado)	UPR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	RECURSOS PRÓPRIOS	2013	3% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	2,5% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	2,15% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,92% + TJLP LIMITE 6%	
Outros	RECURSOS PRÓPRIOS	2011/2018/ 2025	TJLP + 6% / 12%	UPR
EM MOEDA ESTRANGEIRA				
Inter-American Development Bank - BID US\$ 417.295 mil	GOVERNO FEDERAL	2017 à 2035	0,99% a 3,00%	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD US\$ 26.864 mil	GOVERNO FEDERAL	2034	0,82%	US\$
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	2016	7,50%	US\$
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 – Iene 19.591.310 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18– Iene 17.614.720 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17– Iene 324.213 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19– Iene 5.407 mil	GOVERNO FEDERAL	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 202.115 mil	-	2023	2,49% a 2,99%	US\$

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis

	CONTROLADORA							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 até 2036	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil	380.631	100.306	-	-	-	-	-	480.937
Debêntures	508.959	349.265	977.720	212.313	214.296	370.787	738.802	3.372.142
Caixa Econômica Federal	116.867	78.583	56.989	56.394	59.016	62.392	605.382	1.035.623
BNDES	4.154	-	-	-	-	-	-	4.154
BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.310	114.164
BNDES PAC	8.447	8.447	8.447	8.447	8.447	8.447	38.009	88.691
BNDES PAC II 9751	-	813	1.083	1.083	1.083	1.083	1.355	6.500
BNDES PAC II 9752	-	-	813	1.083	1.083	1.083	8.938	13.000
BNDES ONDA LIMPA	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	119.876	235.256
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	215.774	215.774
Outros	763	497	560	631	711	524	-	3.686
Juros e Demais Encargos	89.567	-	-	-	-	-	-	89.567
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	1.144.927	573.450	1.081.151	315.490	320.175	479.855	1.744.446	5.659.494
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	77.967	77.967	77.967	77.967	88.109	36.822	411.662	848.461
BIRD	-	-	-	-	-	-	54.492	54.492
Euro Bônus	-	-	-	285.655	-	-	708.076	993.731
JICA	51.913	51.913	51.913	51.913	52.121	52.329	577.601	889.703
BID 1983AB	48.926	48.926	48.926	48.926	48.926	48.496	117.387	410.513
Juros e Demais Encargos	18.861	-	-	-	-	-	-	18.861
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	197.667	178.806	178.806	464.461	189.156	137.647	1.869.218	3.215.761
Total Geral	1.342.594	752.256	1.259.957	779.951	509.331	617.502	3.613.664	8.875.255

	CONSOLIDADO							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 até 2036	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil	380.631	100.306	-	-	-	-	-	480.937
Debêntures	509.806	359.430	987.885	222.478	224.461	380.952	844.997	3.530.009
Caixa Econômica Federal	117.217	79.283	57.689	57.094	59.715	63.091	614.132	1.048.221
BNDES	4.154	-	-	-	-	-	-	4.154
BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.310	114.164
BNDES PAC	8.447	8.447	8.447	8.447	8.447	8.447	38.009	88.691
BNDES PAC II 9751	-	813	1.083	1.083	1.083	1.083	1.355	6.500
BNDES PAC II 9752	-	-	813	1.083	1.083	1.083	8.938	13.000
BNDES ONDA LIMPA	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	119.876	235.256
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	215.774	215.774
Outros	5.416	497	560	631	711	524	-	8.339
Juros e Demais Encargos	108.514	-	-	-	-	-	-	108.514
TOTAL EM MOEDA NCAIONAL	1.169.724	584.315	1.092.016	326.355	331.039	490.719	1.859.391	5.853.559
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	77.967	77.967	77.967	77.967	88.109	36.822	411.662	848.461
BIRD	-	-	-	-	-	-	54.492	54.492
Euro Bônus	-	-	-	285.655	-	-	708.076	993.731
JICA	51.913	51.913	51.913	51.913	52.121	52.329	577.601	889.703
BID 1983AB	48.926	48.926	48.926	48.926	48.926	48.496	117.387	410.513
Juros e Demais Encargos	18.861	-	-	-	-	-	-	18.861
Em moeda estrangeira	197.667	178.806	178.806	464.461	189.156	137.647	1.869.218	3.215.761
Total Geral	1.367.391	763.121	1.270.822	790.816	520.195	628.366	3.728.609	9.069.320

(a) Banco do Brasil

Em março de 1994, foi realizado o refinanciamento dos contratos de empréstimo existentes com a Caixa Econômica Federal, a qual cedeu os direitos creditórios para o Governo Federal, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro. Nos termos do contrato firmado com a União, os pagamentos são realizados pelo Sistema Price, indexados mensalmente pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência, igual à TR - Taxa de Referência emitida pelo Governo, acrescidos de juros de 8,5% a.a. Os juros e o principal são pagos mensalmente com vencimento final em 2014. A garantia para esse financiamento é dada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio de suas receitas e por receitas próprias da Companhia.

(b) Debêntures

(i) 10ª emissão de Debêntures

Em 15 de novembro de 2009 a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R\$ 2.753, perfazendo um total de R\$ 275.370. A liquidação financeira da operação ocorreu em 15 de dezembro de 2009, para todas as séries.

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até nov/2012 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de dezembro de 2012)	Novembro de 2020
2ª Série	30	IPCA	9,53% a.a.	Anual	Anual (a partir de dezembro de 2013)	Dezembro de 2020
3ª Série	42	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até nov/2012 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de dezembro de 2012)	Novembro de 2020

Os recursos financeiros captados nesta emissão destinam-se a investimentos em sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos nos projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte, Vale do Paraíba e da Mantiqueira, Bacia do Piracicaba-Capivari-Jundiaí e Programa de Redução de Perdas.

As despesas de juros em 2012 e 2011 referentes à 1ª série foram de R\$ 5.844 e R\$ 6.016, referentes à 2ª série foram de R\$ 9.273 e R\$ 8.862 e referentes à 3ª série foram de R\$ 8.767 e R\$ 9.025, respectivamente.

A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, deverá ser realizado sempre em conjunto, respeitada a proporcionalidade existente entre os saldos devedores das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, da totalidade das emissões. O contrato não contempla prêmio pela antecipação.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Ebitda / Receita operacional líquida deve ser igual ou superior a 38%.

- Ebitda / Despesas financeiras deve ser igual ou superior a 2,35.
- Dívida bancária líquida / Ebitda deve ser menor ou igual a 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações previstas na escritura, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(ii) 11ª emissão de Debêntures

Em 01 de março de 2010 a Companhia realizou a 11ª emissão de debêntures e em 30 de abril de 2010 e 03 de maio de 2010 ocorreu a liquidação financeira da 1ª e 2ª séries, respectivamente, através de Oferta Pública, os recursos obtidos serão destinados para resgatar antecipadamente as noventa notas promissórias comerciais emitidas em 01 de dezembro de 2009, cujas características são:

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	810.000	-	DI+ 1,95% a.a.	Semestral (setembro e março)	Anual (a partir de março de 2013)	Março de 2015
2ª Série	405.000	-	DI + 1,40% a.a.	Semestral (setembro e março)	Anual (a partir de março de 2012)	Março de 2013

As despesas de juros em 2012 e 2011 referentes à 1ª série foram de R\$ 82.540 e R\$ 107.081 e referentes à 2ª série foram de R\$ 24.467 e R\$ 52.369, respectivamente.

A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 24º mês, inclusive, após a data de emissão, e ao final de cada período de capitalização, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizar resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da 1ª série. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Série. No caso da emissora optar pelo resgate antecipado a partir do 24º mês, haverá um prêmio ao debenturista de 1,00% a.a., a partir do 30º mês, o prêmio será de 0,90% a.a. e a partir do 36º mês o prêmio será de 0,86% a.a..

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0.
- . Ebitda/Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5.

A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 50 milhões corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(iii) 12ª emissão de Debêntures

Em junho de 2010 a SABESP emitiu R\$ 500 milhões em debêntures para o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), em uma operação com a Carteira de Saneamento do Fundo. Os recursos custearão obras de programas estruturantes da SABESP, essenciais para atingir a meta de universalizar os serviços de saneamento no Estado de São Paulo. Esses recursos foram utilizados até 2011. Entre os programas que receberão a verba estão o Vida Nova (Mananciais), Programa Metropolitano de Água, Programa Metropolitano de Esgoto, Programas de Água e Esgotos do Interior e Litoral.

Entre as exigências da Carteira de Saneamento para aprovação da operação está a destinação de 60% dos investimentos vinculados à operação em áreas carentes.

Essa operação ocorreu em 22 de setembro de 2010, com a emissão e integralização da 12ª emissão de debêntures, através de Oferta Pública de Esforço Restrito, conforme Instrução CVM nº 476, debêntures simples, não conversíveis em ações, cujas características são:

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
Série Única	500.000	TR	9,5% a.a.	Mensal (a partir de julho/10)	Mensal (a partir de Julho/14)	Junho/2025

As despesas de juros em 2012 e 2011 referentes à série única foram de R\$ 46.849 e R\$ 51.434, respectivamente.

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, mediante prévia e expressa anuência, por escrito, dos respectivos debenturistas. As debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais debêntures em circulação.

Os prêmios de reembolso a que farão jus os debenturistas por ocasião do resgate antecipado facultativo incidirão sobre o valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração e da atualização, se houver, e serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio (\%)} = \frac{P \times DD}{TDC}, \text{ sendo}$$

P = 2% (dois por cento); DD = número de dias corridos, contados a partir da data do resgate antecipado facultativo até a data de vencimento; e TDC = número total de dias corridos desde o primeiro dia do 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da data de emissão até a data de vencimento.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0.
- Ebitda/Despesas financeiras igual ou superior a 1,5.

A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 50 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(iv) 13ª emissão de Debêntures

Em 17 de fevereiro de 2012 a Companhia efetuou o resgate total da 13ª emissão de debêntures no montante de R\$ 633.343.

(v) 14ª emissão de Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2011, a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R\$ 2.753,70, perfazendo um total de R\$ 275.370. A liquidação financeira da operação ocorreu em 15 de abril de 2011, para todas as séries.

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até fevereiro/2014 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de março de 2014)	Fevereiro de 2022
2ª Série	30	IPCA	9,19% a.a.	Anual	Anual (a partir de março 2015)	Março de 2022
3ª Série	42	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até fevereiro/2014 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de março de 2014)	Fevereiro de 2022

Os recursos decorrentes desta emissão destinam-se a investimentos da Companhia em sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos nos projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte,

Vale do Paraíba e da Mantiqueira, Bacia do Piracicaba-Capivari-Jundiá e Programa de Redução de Perdas.

As despesas de juros em 2012 e 2011 referentes à 1ª série foram de R\$ 5.848 e R\$ 5.254, da 2ª série de R\$ 8.371 e R\$ 6.916 e da 3ª série R\$ 8.772 e R\$ 7.881, respectivamente.

A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, deverá ser realizado sempre em conjunto, respeitada a proporcionalidade existente entre os saldos devedores das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, da totalidade das emissões. O contrato não contempla prêmio pela antecipação.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Ebitda / Receita operacional líquida deve ser igual ou superior a 38%.
- Ebitda / Despesas financeiras deve ser igual ou superior a 2,35.
- Dívida bancária líquida / Ebitda deve ser menor ou igual a 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações previstas na escritura, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(vi) 15ª emissão de Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou a 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R\$ 771.080, quantidade 77.108, em duas séries, valor unitário R\$ 10, cujas características são as seguintes:

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	28.733	-	DI+ 0,99% a.a.	Semestral (fevereiro e agosto)	Anual (a partir de fevereiro de 2015)	Fevereiro de 2017
2ª Série	48.375	IPCA	6,20%	Anual (fevereiro)	Anual (a partir de fevereiro de 2018)	Fevereiro de 2019

Os recursos provenientes da captação por meio da 15ª Emissão das Debêntures foram destinados à liquidação de compromissos financeiros vencidos até 31 de dezembro de 2012.

As despesas de juros em 2012 referentes à 1ª série foram de R\$ 22.336 e da 2ª série de R\$ 27.060.

O resgate antecipado facultativo total das Debêntures da 1ª Série poderá ocorrer a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da data de emissão, inclusive, e semestralmente, no primeiro dia útil após o término de cada período de capitalização das Debêntures da 1ª Série, até a data de vencimento da 1ª Série. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Série.

Prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) incidente sobre o saldo do valor nominal das debêntures da 1ª Série, conforme a fórmula:

$$\text{Prêmio} = \frac{P \times (DU)}{252} \times PU, \text{ sendo,}$$

P= 0,30%; DU= número de dias úteis contados a partir da data do resgate até a data de vencimento da debênture; e PU= valor nominal unitário das Debêntures de 1ª Série, calculado pro rata temporis, desde a última data de pagamento da remuneração da 1ª Série ou desde a data de emissão, o que ocorrer por último, até a data do resgate antecipado.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Dívida Total Ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65; e
- Ebitda/Despesas Financeiras Pagas igual ou superior a 1,5.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívida da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 90 milhões, implicará em vencimento antecipado deste contrato, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão.

(vii) 16ª emissão de Debêntures

Em 12 de novembro de 2012, a Companhia realizou a 16ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em Série Única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R\$ 500.000, quantidade 50.000, em série única, valor unitário R\$ 10, cujas características são as seguintes:

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
Série Única	50.000	-	DI+ 0,30% a 0,70% a.a.	Semestral (maio e novembro)	Parcela única (em novembro de 2015)	Novembro de 2015

Os recursos provenientes da captação por meio da 16ª Emissão das Debêntures serão destinados exclusivamente à liquidação de compromissos financeiros da Emissora em 2012/2013.

As despesas de juros em 2012 referentes à série única foram de R\$ 4.504.

O resgate antecipado facultativo das Debêntures poderá ocorrer a qualquer momento, com relação ao total das Debêntures em Circulação, a partir da disponibilidade dos recursos obtidos pela Emissão (“Resgate Antecipado Total”), sem qualquer acréscimo a título de prêmio de resgate.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Dívida Total Ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65; e
- Ebitda/Despesas Financeiras Pagas igual ou superior a 1,5.

A falta de cumprimento dos indicadores, pela Emissora, levará ao vencimento antecipado do contrato, quando verificada por, no mínimo, dois trimestres consecutivos ou, ainda, por dois trimestres não consecutivos dentro do período de doze meses.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 90 milhões, em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado.

(viii) 1ª emissão de Debêntures - Aquapolo

Em agosto de 2011 a controlada em conjunto Aquapolo realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, simples, nominativas, escriturais, no valor de R\$ 326.732, quantidade 326.732, em série única, valor unitário R\$ 1, cujas características são:

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
Série Única	326.732	-	TR + 8,75% a.a.	Mensal (a partir de dezembro/2013)	Mensal (a partir de dezembro/2013)	Agosto/2029

Os recursos provenientes da captação por meio da 1ª emissão de debêntures serão destinados totalmente às obras do projeto Aquapolo.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (Geração de Caixa / Serviço da Dívida) superior a 1,2;
- Índice de Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0; e
- Não contrair, em uma única operação ou em uma série de operações, quaisquer operações de dívidas de médio e longo prazo, em valor superior a R\$ 20 milhões.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da emissora, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 5 milhões, implicará em vencimento antecipado do contrato.

(c) Caixa Econômica Federal - Programa Pró-Saneamento

(i) Modalidade água e esgoto

Foram firmados diversos contratos entre 1996 e 2004, pelo programa Pró-Saneamento, com a finalidade de ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, envolvendo diversos municípios do Estado de São Paulo e a Capital. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas diárias de água e esgoto, até o valor total da dívida.

Os prazos de amortização previstos nos contratos são de 120 a 180 meses, a partir do início da fase de retorno.

O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 487.663 (dezembro/2011 - R\$ 563.750).

Os encargos contratuais são os seguintes:

Contrato assinado em:		1996	1997	1998 a 2004
Taxa de juros		9,5% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.
Na fase de carência:				
Taxa de risco	1,0% a.a. sobre o valor captado	1,0% a.a. sobre o valor captado	0,6% a.a. ou 2% a.a. sobre o saldo devedor	
Taxa de administração	0,12% a.m. sobre o valor do contrato	2,0% a.a. sobre o valor captado	1,0% a.a. sobre o valor captado ou 2% a.a. sobre o saldo devedor para os contratos assinados entre 2003 e 2004	
Na fase de retorno:				
Taxa de administração	Diferença entre o cálculo da prestação e a taxa de 10,5% a.a. menos a taxa de 9,5% a.a.	1,0% a.a. sobre o saldo devedor	1,0% a.a. sobre o saldo devedor	

(ii) Modalidade Pró-Sanear

Em 1997, 1998 e 2008 foram firmados contratos pelo programa Pró-Sanear para a execução de melhorias dos serviços de água e esgoto, com participação comunitária, em diversos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida. O prazo de amortização previsto é de 180 meses a partir do início da fase de retorno. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 11.847 (dezembro/2011 – R\$ 14.448).

Encargos financeiros previstos:

- taxa de juros – 5,0% a.a.;
- taxa de administração (fase de carência) - 2,0% a.a. sobre o saldo devedor em aberto;
- taxa de administração (fase de amortização) - 1,0% a.a. sobre o saldo devedor em aberto;
- taxa de risco (fase de carência) - 1,0% a.a. sobre o valor captado.

(iii) Modalidade PAC

Nos anos de 2007, 2008 e 2012 foram firmados contratos com vários municípios, no âmbito do Programa Saneamento para Todos (PAC) com recursos do FGTS. A garantia para esses contratos é um fluxo mensal da arrecadação tarifária correspondente a no mínimo três vezes o valor de um encargo mensal. O prazo de amortização é de 240 meses a partir do início da fase de retorno. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 536.113 (dezembro/2011 – R\$ 440.733).

Encargos financeiros previstos:

- taxa de juros – 5% a.a. a 6% a.a.;
- taxa de administração – 1,00% a.a. a 1,40% a.a. durante toda a vigência do contrato;
- taxa de risco – 0,3% a.a. sobre os saldos devedores atualizados.

(iv) Compromissos Financeiros “Covenants” – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

O contrato está sujeito ao AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho que estabelece metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado.

(d) Caixa Econômica Federal - SESAMM

Em setembro de 2010 foi firmado contrato de financiamento e repasse entre a Caixa Econômica Federal e a controlada em conjunto SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim SA, destinado à realização de investimentos em sistemas de esgotamento sanitário, na área urbana do município de Mogi Mirim, no âmbito do programa saneamento para todos. Nos termos do contrato firmado com a União, os pagamentos são realizados pelo Sistema Price, indexados mensalmente pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência, igual à TR - Taxa de Referência emitida pelo Governo, acrescidos de juros de 6,0% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e risco de crédito de 0,3% a.a. Os juros e o principal são pagos mensalmente com vencimento final em 2031.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Capital social subscrito e integralizado de valor correspondente a, pelo menos, 20 % (vinte por cento) do valor total dos investimentos realizados com recursos do presente financiamento;
- ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida mínimo de 1,3 durante a fase de amortização;
- Limite de endividamento de até 1/12 (um doze avos) do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a 3 (três) prestações mensais, referentes aos contratos vigentes, dos dois o maior.

(e) BNDES

Contrato 01.2.619.3.1 – Firmado em agosto de 2002, no valor total de até R\$ 60.000, com a finalidade de financiar parte da contrapartida da Companhia na execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II, objeto do contrato de empréstimo nº 1212/OC – BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O contrato foi liquidado em 15 de agosto de 2012. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 11.638.

Contrato de repasse 10/669.748-6 no valor de R\$ 180.000, encontra-se em fase de execução de obras, e em 31 de dezembro de 2012 o saldo devedor é R\$ 4.154 (dezembro/2011 - R\$ 29.407). Os recursos são repassados pelo BNDES aos agentes e destes para a Companhia. O contrato de repasse tem a mesma finalidade que o contrato entre o BNDES e a Companhia, e os encargos e amortizações são iguais para ambos, sendo:

Juros – Compostos pela TJLP limitada a 6% a.a., acrescida de “spread” de 3% a.a., a serem pagos trimestralmente durante o período de carência, e mensalmente na fase de retorno. A parcela da TJLP que exceder a 6% a.a. será incorporada ao saldo devedor em aberto.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da receita proveniente da prestação de serviços de água e esgoto.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Liquidez corrente ajustada: maior que 1,0.
- . Ebitda / Receita Operacional Líquida: igual ou superior a 38%.
- . Ebitda / Serviço da dívida: igual ou superior a 1,5.
- . PL / Exigível Total: igual ou superior a 0,8.

(f) BNDES Baixada Santista (Onda limpa I)

Contrato nº 07.2.0800.1 - Em novembro de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista, no valor de R\$ 129.973 com juros de 2,5% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em 96 prestações mensais e sucessivas, tendo início em janeiro de 2012 e término em dezembro de 2019.

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 114.164 (2011 R\$ 130.474).

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Ebitda Ajustado / Receita Operacional Líquida Ajustada: igual ou superior a 38%.
- . Ebitda Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas: igual ou superior a 2,35.
- . Dívida Líquida Ajustada / Ebitda Ajustado: igual ou inferior a 3,65;

O contrato está sujeito ao AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho que estabelece metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

Na hipótese de não atendimento dos níveis estabelecidos nos Compromissos Financeiros, a Companhia deverá constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, reforço de garantia, preferencialmente sob vinculação e cessão de receita, considerado satisfatório, a critério do BNDES, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis estabelecidos nos compromissos Financeiros assumidos, sob pena de poder o BNDES suspender a liberação dos recursos e se for o caso decretar o vencimento antecipado do contrato.

(g) BNDES Onda Limpa II

Contrato nº 09.2.1535.1 - Em março de 2010, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista, no valor de R\$ 294.349 com juros de 1,92% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em 156 prestações mensais e sucessivas, tendo início em abril de 2012 e término em março de 2025.

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 235.256 (2011 R\$ 249.653).

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Ebitda Ajustado / Receita Operacional Líquida Ajustada: igual ou superior a 38%.
- . Ebitda Ajustado /Despesas Financeiras Ajustadas: igual ou superior a 2,35.
- . Dívida Líquida Ajustada / Ebitda Ajustado: igual ou inferior a 3,65.

O contrato está sujeito ao AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho que estabelece metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

O contrato possui cláusula “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste contrato, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(h) BNDES PAC I e II

- (i) Contrato nº 08.2.0169.1 - Em novembro de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista, no valor de R\$ 174.517 com juros de 2,15% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em até 150 prestações mensais e sucessivas, tendo início em janeiro de 2011 e término em dezembro de 2023.

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 88.691 (2011 R\$ 73.917).

- (ii) Contrato nº 11.2.0975.1 - Em 05 de março de 2012, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de ampliação e otimização dos sistemas de esgotamento sanitário de município da Região Metropolitana de São Paulo, bem como para elaboração do projeto executivo do sistema Produtor São Lourenço, no valor total de R\$ 135.850 com juros de 1,72% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em 156 prestações mensais e sucessivas, tendo início em abril de 2014 e término em março de 2027.

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 6.500.

- (iii) Contrato nº 11.2.0975.2 - Em 05 de março de 2012, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de ampliação e otimização dos sistemas de esgotamento sanitário de município da Região Metropolitana de São Paulo, bem como para elaboração do projeto executivo do sistema Produtor São Lourenço, no valor total de R\$ 44.948 com juros de 1,72% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em 144 prestações mensais e sucessivas, tendo início em abril de 2015 e término em março de 2027.

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 13.000.

- (iv) **“Covenants” financeiros** - Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Ebitda Ajustado / Receita Operacional Líquida Ajustada: igual ou superior a 38%.
- . Ebitda Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas: igual ou superior a 2,35.
- . Dívida Líquida Ajustada / Ebitda Ajustado: igual ou inferior a 3,65.

O contrato está sujeito ao AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho que estabelece metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

Na hipótese de não atendimento dos níveis estabelecidos nos Compromissos Financeiros, a Companhia deverá constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, reforço de garantia, preferencialmente sob vinculação e cessão de receita, considerado satisfatório, a critério do BNDES, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis estabelecidos nos compromissos Financeiros assumidos, sob pena de poder o BNDES suspender a liberação dos recursos e se for o caso decretar o vencimento antecipado do contrato.

(i) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, as obras são capitalizadas ao ativo intangível em andamento e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção. Está previsto para 2013 e 2014 a finalização das obras.

Após a entrada em operação, é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Em 31 de dezembro de 2012, nenhuma obra relativa a esses contratos se encontrava em operação.

(j) Eurobônus

- (i) Em 03 de novembro de 2006 foi realizada uma emissão de eurobônus (Eurobônus 2016) no mercado externo, no valor de US\$ 140 milhões tendo como líder o “Deutsche Bank TrustCompanyAmericas” e como agente principal de pagamento o “Deutsche Bank Luxembourg S.A.”, com taxa de juros de 7,5% a.a. pagos semestralmente e vencimento final em novembro de 2016. Os recursos foram utilizados para quitação antecipada e parcial da emissão de eurobônus de US\$ 225 milhões com vencimento final em junho de 2008, e o valor resgatado foi de US\$ 126.948 mil.

O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro 2012 era de US\$ 140.000 mil, equivalentes a R\$ 285.655, deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 434, que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Resgate total à opção da Companhia em razão de mudanças na legislação do imposto de renda na fonte. Sem qualquer acréscimo a título de prêmio de resgate.

- (ii) A SABESP concluiu em 9 dezembro de 2010 a oferta no mercado internacional, junto a investidores estrangeiros institucionais qualificados, de suas Notas Seniores de Dívida, com pagamento de juros semestrais de 6,25% a.a. e vencimento em dezembro de 2020, no valor de US\$ 350.000 mil (Eurobônus 2020). Os recursos provenientes da oferta das notas destinam-se à liquidação de compromissos financeiros da Companhia.

O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro 2012 era de US\$ 350.000 mil, equivalentes a R\$ 708.076, deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 7.149, que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Na data de 16 de dezembro de 2015 e posteriormente a ela, a Companhia poderá em uma ou em diversas ocasiões resgatar os Eurobônus, segundo sua opção, total ou parcialmente. Tal opção incorrerá no pagamento de prêmios de 103,125% a partir de 16 de dezembro de 2015, de 102,083% a partir de 16 de dezembro de 2016, 101,042% a partir de 16 de dezembro de 2017 e, a partir de 16 de dezembro de 2018 100,000%. No caso de resgate total à opção da Companhia por alterações do imposto de renda na fonte, não haverá qualquer acréscimo a título de prêmio de resgate.

- (iii) “Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

Limitar a captação de novas dívidas de modo que:

- . a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65;
- . o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer endividamento por empréstimos da Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias tendo um valor de principal total de US\$ 25.000.000,00 ou mais (ou seu valor equivalente em outras moedas) implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(k) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato 713 – Firmado em dezembro de 1992, no valor de US\$ 400 milhões, destinado à execução de Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa I. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa anual de juros é variável de acordo com os custos dos empréstimos tomados pelo banco semestralmente e com vencimento final em 2017. Foi assinado, em dezembro de 1992, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 125.488 mil, equivalente a R\$ 256.435 (dezembro/2011 – R\$ 282.605).

Contrato 896 – Firmado em dezembro de 1992, no valor de US\$ 50 milhões, destinado à execução de Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa I. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa de juros é de 3% a.a., com vencimento final em dezembro de 2016. Foi assinado, em dezembro de 1992, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 11.111 mil,

equivalente a R\$ 22.705 (dezembro/2011 – R\$ 26.053).

Contrato 1.212 – Firmado em julho de 2000, no valor de US\$ 200 milhões, destinado à execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II. No ano de 2008 totalizou-se os valores a serem captados neste contrato. O empréstimo está sendo amortizado em parcelas semestrais, encerrando-se em julho de 2025. Os juros são pagos semestralmente, apurados sobre o saldo devedor diário à taxa anual determinada pelos custos dos empréstimos tomados pelo banco durante o semestre anterior, acrescidos de um “spread”, e serão variáveis para cada semestre. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 133.615 mil, equivalente a R\$ 273.043 (dezembro/2011 – R\$ 269.915).

Contrato de Empréstimo Nº 2202/OC-BR, assinado em 03 de setembro de 2010 entre a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa III. Investimento de US\$ 800 milhões, sendo US\$ 600 milhões de financiamento e US\$ 200 milhões em recursos próprios. Prazo total de 25 anos, com 6 anos de carência. Juros: Mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na USD-LIBOR, calculada a cada trimestre, conforme estipulado nas normas e procedimentos do BID.

Em 17 de março de 2011 ocorreu a 1ª captação do contrato firmado em 03 de setembro de 2010, nº 2202/OC-BR. Os recursos são utilizados para a recuperação da qualidade da água da bacia do Rio Tietê na Região Metropolitana de São Paulo. O valor do contrato é de US\$ 600.000, equivalentes a R\$ 1.036.380, na data da contratação, com vencimento final em setembro de 2035, sendo que no 1º trimestre de 2011 ocorreu a primeira captação de US\$ 1.829, correspondente a R\$ 3.044.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 147.080 mil, equivalente a R\$ 296.276 (dezembro/2011 – R\$ 145.159), deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 4.282, que serão amortizados durante a vigência do contrato.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Contratos 713, 896 e 1.212 - As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com Administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e c) durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula de “cross default” entre os contratos do BID (mesmo banco financeiro), ou seja, o vencimento antecipado ocorrerá, caso haja inadimplemento de qualquer obrigação com este ou quaisquer outros contratos subscritos com o Banco para financiamento de projeto.

(I) Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA

A Companhia assinou, em 06 de agosto de 2004, contrato de financiamento com o JBIC – Banco Japonês para Cooperação Internacional, atualmente JICA - Japan International Cooperation Agency, nº BZ-P 15, no valor de 21.320 milhões de ienes japoneses, equivalentes a aproximadamente R\$ 587.643, na data da assinatura do contrato, destinado ao Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2006, sendo 2,5% a.a. para rede de esgoto e 1,8% a.a. para instalações de tratamento de esgotos.

Em 01 de novembro de 2010 a Companhia assinou com a JICA (Japan International Cooperation Agency) o contrato de financiamento complementar do Programa Onda Limpa – 1ª Etapa, nº BZ-P 17 no montante de JPY 6.208.000.000 (Seis bilhões, duzentos e oito milhões de Ienes Japoneses) equivalente a R\$ 127.326 em 30 de novembro de 2011. Os recursos são utilizados para a compra de mercadorias e serviços elegíveis necessários para a implantação do projeto de fornecedores, contratadas ou consultores. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2011, sendo 1,2% a.a. para rede de esgoto e 0,01% a.a. para instalações de tratamento de esgotos.

Em 15 de fevereiro de 2011, a Companhia firmou com a JICA (Japan International Cooperation Agency) o contrato de financiamento complementar do Programa Onda Limpa – 1ª Etapa, nº BZ-P 18 no montante de JPY 19.169.000 (Dezenove bilhões, cento e sessenta e nove milhões de Ienes Japoneses) equivalente a R\$ 375.904 em 31 de março de 2011. Os recursos são utilizados para a execução de obras e serviços na Região Metropolitana da Baixada Santista. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2011, sendo 1,8% a.a. para rede de esgoto e 2,5% a.a. para instalações de tratamento de esgotos.

Em fevereiro de 2012, a Companhia assinou contrato de empréstimo para a 2ª etapa do Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água, nº BZ -P 19, no valor de JPY 33.584.000.000 (trinta e três bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões de Ienes Japoneses) equivalentes a R\$ 709.294 na data de assinatura do contrato. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2013, sendo 1,7% a.a. para rede de esgoto e 0,01% a.a. para instalações de tratamento de esgotos.

O saldo destes contratos em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 889.703 (dezembro/2011 – R\$ 958.733).

(m) AB Loan (IADB 1983AB)

Em 27 de maio de 2008, foi assinado contrato de empréstimo BID AB Loan, no valor de US\$ 250 milhões cuja captação ocorreu integralmente em junho de 2008. Os recursos captados foram utilizados na quitação do Eurobônus 2008 e na execução de parte do plano de investimento da Companhia.

	<u>US\$</u>	<u>Vencimento inicial</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Juros (Libor + spread)</u>
1983 A	100,0 milhões	Maio 2011	Maio 2023	Libor + 2,99%
1983 B1	100,0 milhões	Maio 2011	Maio 2020	Libor + 2,69%
1983 B2	50,0 milhões	Maio 2011	Maio 2018	Libor + 2,49%

Os juros são pagos semestralmente a partir de novembro de 2008. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 202.115 milhões, equivalente a R\$ 410.513 (dezembro/2011 – R\$ 421.266), deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 2.510 (2011 – R\$ 2.771) que serão amortizados durante a vigência do contrato.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser maior ou igual a 2,35; e

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser menor ou igual a 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, se ocorrer e continuar ocorrendo um Evento de Inadimplemento (quer voluntário quer involuntário, quer resultante do efeito de qualquer lei aplicável quer de acordo com ou em virtude de qualquer ato ou omissão em agir por qualquer Autoridade ou outra), o BID pode, por comunicação para a Tomadora, determinar o vencimento antecipado do empréstimo ou parte dele como especificado no aviso (com juros acumulados sobre o mesmo) e todas as outras obrigações estão vencidas e são pagáveis imediatamente.

(n) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Em 28 de outubro de 2009 foi assinado com o “The World Bank” – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, contrato BIRD-7662BR, no valor de US\$ 100.000 mil. Os recursos serão utilizados no Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê – Programa Mananciais. O período de amortização terá início em setembro de 2019, em parcelas semestrais e com vencimento final em 2034. Foi assinado, em novembro de 2009, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BIRD, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo deste contrato era de US\$ 26.864 mil, equivalentes a R\$ 54.492 (dezembro/2011 – R\$ 18.928), deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 405 (dezembro/2011 – R\$ 424), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(o) Compromissos financeiros – “Covenants”

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(p) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

A SABESP para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, os quais são liberados para a execução de seus respectivos investimentos.

Agente	31 de dezembro de 2012
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	1.125
Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA	936
Inter-American Development Bank - BID	926
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	550
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	149
Outros	53
TOTAL	3.739

(*) Utilizada cotação de fechamento de 31/12/2012. (US\$ 1,00 = R\$ 2,0435; ¥ 1,00 = R\$ 0,02372).

14 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Tributos a recuperar				
Cofins e Pasep	-	-	9.038	1
Imposto de renda e contribuição social	100.225	85.852	100.486	85.854
IRRF sobre aplicações financeiras	14.302	31.014	14.472	31.125
Outros tributos federais	3.238	590	3.238	590
Outros tributos estaduais	-	-	1.251	109
Outros tributos municipais	656	437	656	437
Total dos tributos a recuperar	118.421	117.893	129.141	118.116

(b) Passivo

	CONTROLADORA			
	Circulante		Não circulante	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Cofins e Pasep	46.576	57.052	-	-
Paes	19.011	36.716	-	18.363
INSS	29.401	25.630	-	-
IRRF	41.588	44.168	-	-
Outros	16.134	17.228	-	-
Total	152.710	180.794	-	18.363

	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não circulante	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de Renda e Contribuição Social	110	-	-	-
Cofins e Pasep	46.614	57.073	-	-
Paes	19.011	36.716	-	18.363
INSS	29.412	25.645	-	-
IRRF	41.607	44.172	-	-
Outros	16.367	17.516	-	-
Total	153.121	181.122	-	18.363

A redução no passivo circulante consolidado decorre principalmente dos pagamentos realizados em 2012, das parcelas devidas do Parcelamento Especial (Paes) de R\$ 27.634.

A redução de R\$ 18.363 no passivo não circulante consolidado, ocorreu em decorrência do fluxo de pagamentos e transferência do saldo de longo prazo para o curto prazo do Parcelamento Especial (Paes) da controladora, conforme informações abaixo.

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953, como segue:

<u>Imposto</u>	<u>Principal</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
Cofins	132.499	13.250	50.994	196.743
Pasep	5.001	509	2.061	7.571
Refis	<u>112.639</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>112.639</u>
Total	<u>250.139</u>	<u>13.759</u>	<u>53.055</u>	<u>316.953</u>

O débito relativo ao Paes (Parcelamento Especial) está sendo pago em 120 meses. Os montantes pagos em 2012 e 2011 foram de R\$ 37.421 e R\$ 36.091, respectivamente, e foram registradas despesas financeiras de R\$ 1.353 e R\$ 2.761, respectivamente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 19.011 (dezembro/2011 - R\$ 55.079). Os ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, continuam a garantir os valores do Programa Paes.

15 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>31 de dezembro de</u>		<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Impostos diferidos ativo (i)				
Provisões	512.107	575.473	512.107	575.473
Obrigações previdenciárias – G1	193.125	180.018	193.125	180.018
Obrigações previdenciárias – G0 (1)	85.271	85.271	85.271	85.271
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	41.312	38.213	41.312	38.213
Provisão para perdas de crédito	162.670	135.223	162.670	135.223
Outros	<u>97.425</u>	<u>77.175</u>	<u>103.254</u>	<u>78.717</u>
Total do ativo fiscal diferido	<u>1.091.910</u>	<u>1.091.373</u>	<u>1.097.739</u>	<u>1.092.915</u>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Impostos diferidos passivo (ii)				
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(650.093)	(692.210)	(650.093)	(692.210)
Capitalização de custos de empréstimos	(158.298)	(101.507)	(158.298)	(101.507)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(77.827)	(76.773)	(77.827)	(76.773)
Outros	<u>(69.795)</u>	<u>(42.957)</u>	<u>(70.165)</u>	<u>(42.962)</u>
Total do passivo fiscal diferido	<u>(956.013)</u>	<u>(913.447)</u>	<u>(956.383)</u>	<u>(913.452)</u>
 Ativo fiscal diferido líquido	 <u>135.897</u>	 <u>177.926</u>	 <u>141.356</u>	 <u>179.463</u>

(1) Refere-se a parcela de R\$ 250.798 da correção do contas a receber (GESP), que foi provisionado como perda em anos anteriores.

(b) Realização

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Impostos diferidos ativo				
a ser recuperado em até 12 meses	193.709	259.784	193.709	259.784
a ser recuperado depois de um ano	<u>898.201</u>	<u>831.589</u>	<u>904.030</u>	<u>833.131</u>
Total do ativo fiscal diferido	1.091.910	1.091.373	1.097.739	1.092.915
 Impostos diferidos passivo				
a ser recuperado em até 12 meses	(38.267)	(27.282)	(38.267)	(27.282)
a ser recuperado depois de um ano	<u>(917.746)</u>	<u>(886.165)</u>	<u>(918.116)</u>	<u>(886.170)</u>
Total do passivo fiscal diferido	<u>(956.013)</u>	<u>(913.447)</u>	<u>(956.383)</u>	<u>(913.452)</u>
Ativo fiscal diferido	135.897	177.926	141.356	179.463

(c) Movimentação

CONTROLADORA

Impostos diferidos ativo	Provisões	Obrigações previdenciárias – G1	Obrigações previdenciárias – G0	Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	Perdas de créditos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010	539.394	162.552	85.271	38.213	129.248	48.568	1.003.246
Registrado na demonstração do resultado	36.079	17.466	-	-	5.975	28.607	88.127
Em 31 de dezembro de 2011	575.473	180.018	85.271	38.213	135.223	77.175	1.091.373
Registrado na demonstração do resultado	(63.366)	13.107	-	3.099	27.447	20.250	537
Em 31 de dezembro de 2012	512.107	193.125	85.271	41.312	162.670	97.425	1.091.910

Impostos diferidos passivo	Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	Capitalização de custos de empréstimos	Receita – órgãos públicos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010	(711.283)	(102.339)	(72.968)	(38.743)	(925.333)
Registrado na demonstração do resultado	19.073	832	(3.805)	(4.214)	11.886
Em 31 de dezembro de 2011	(692.210)	(101.507)	(76.773)	(42.957)	(913.447)
Registrado na demonstração do resultado	42.117	(56.791)	(1.054)	(26.838)	(42.566)
Em 31 de dezembro de 2012	(650.093)	(158.298)	(77.827)	(69.795)	(956.013)

CONSOLIDADO

Impostos diferidos ativo	Provisões	Obrigações previdenciárias – G1	Obrigações previdenciárias – G0	Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	Perdas de créditos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010	539.394	162.552	85.271	38.213	129.248	50.108	1.004.786
Registrado na demonstração do resultado	36.079	17.466	-	-	5.975	28.609	88.129
Em 31 de dezembro de 2011	575.473	180.018	85.271	38.213	135.223	78.717	1.092.915
Registrado na demonstração do resultado	(63.366)	13.107	-	3.099	27.447	24.537	4.824
Em 31 de dezembro de 2012	512.107	193.125	85.271	41.312	162.670	103.254	1.097.739

Impostos diferidos passivo	Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	Capitalização de custos de empréstimos	Receita – órgãos públicos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010	(711.283)	(102.339)	(72.968)	(39.756)	(926.346)
Registrado na demonstração do resultado	19.073	832	(3.805)	(3.206)	12.894
Em 31 de dezembro de 2011	(692.210)	(101.507)	(76.773)	(42.962)	(913.452)
Registrado na demonstração do resultado	42.117	(56.791)	(1.054)	(27.203)	(42.931)
Em 31 de dezembro de 2012	(650.093)	(158.298)	(77.827)	(70.165)	(956.383)

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes dos impostos	2.547.672	1.721.477	2.543.904	1.720.746
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(866.208)	(585.302)	(864.927)	(585.054)
Benefícios fiscais do juro sobre capital próprio	252.355	122.170	252.355	122.170
Diferenças permanentes				
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(32.514)	(87.118)	(32.514)	(87.118)
Doações	(11.447)	(13.692)	(11.447)	(13.692)
Recuperação de créditos tributários	-	37.858	-	37.858
Outras diferenças	22.042	28.026	24.529	28.509
Imposto de renda e contribuição social	<u>(635.772)</u>	<u>(498.058)</u>	<u>(632.004)</u>	<u>(497.327)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(593.743)	(598.024)	(594.052)	(598.303)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(42.029)	99.966	(37.952)	100.976
Alíquota efetiva	25%	29%	25%	29%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (nota 9 (vii)).

Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia optou pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real – LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

A Companhia adota as mesmas práticas tributárias desde 2008, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

16 Provisões

(a) Processos com probabilidade de perda provável

(i) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	CONSOLIDADO					
	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2012	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2011
Ações com clientes (i)	652.663	(131.408)	521.255	727.261	(108.728)	618.533
Ações com fornecedores (ii)	290.593	(175.437)	115.156	422.595	(1.828)	420.767
Outras questões cíveis (iii)	169.516	(4.978)	164.538	188.546	(10.180)	178.366
Ações tributárias (iv)	71.141	(3.056)	68.085	76.448	-	76.448
Ações trabalhistas (v)	173.227	(1.529)	171.698	156.536	-	156.536
Ações ambientais (vi)	149.061	(636)	148.425	121.179	-	121.179
Total	1.506.201	(317.044)	1.189.157	1.692.565	(120.736)	1.571.829
Circulante	565.083	-	565.083	764.070	-	764.070
Não circulante	941.118	(317.044)	624.074	928.495	(120.736)	807.759

(ii) Movimentação

	CONSOLIDADO					
	31 de dezembro de 2011	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2012
Ações com clientes (i)	727.261	93.972	80.858	(68.000)	(181.428)	652.663
Ações com fornecedores (ii)	422.595	17.575	36.393	(174.482)	(11.488)	290.593
Outras questões cíveis (iii)	188.546	22.788	24.501	(7.495)	(58.824)	169.516
Ações tributárias (iv)	76.448	10.279	7.365	(10.057)	(12.894)	71.141
Ações trabalhistas (v)	156.536	142.976	34.056	(126.787)	(33.554)	173.227
Ações ambientais (vi)	121.179	37.496	9.383	(8.801)	(10.196)	149.061
Subtotal	1.692.565	325.086	192.556	(395.622)	(308.384)	1.506.201
Depósitos judiciais vinculados	(120.736)	(200.982)	(13.840)	12.736	5.778	(317.044)
Total	1.571.829	124.104	178.716	(382.886)	(302.606)	1.189.157

O saldo da controladora totaliza o montante de R\$ 1.189.154 (dezembro/2011 – R\$ 1.571.829), sendo a diferença de R\$ 3, contabilizada proporcionalmente no saldo do consolidado. O montante total dos processos registrados nas controladas é de R\$ 10, sendo Águas de Andradina no montante de R\$ 5 e Águas de Castilho no montante de R\$ 5.

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pela Administração como sendo possíveis de perda e que não estão registradas contabilmente. As contingências passivas, classificadas como perda possível, estão assim representadas:

	CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ações com clientes (i)	862.100	844.100
Ações com fornecedores (ii)	775.200	699.300
Outras questões cíveis (iii)	362.200	359.600
Ações tributárias (iv)	490.900	420.400
Ações trabalhistas (v)	190.000	145.100
Ações ambientais (vi)	116.300	153.300
Total	<u>2.796.700</u>	<u>2.621.800</u>

O saldo da controladora totaliza o montante de R\$ 2.796.500 (dezembro/2011 – R\$ 2.621.800), sendo a diferença de R\$ 200, demonstrada proporcionalmente no saldo do consolidado. O montante total dos processos, nas controladas, considerados como perda possível, é aproximadamente de R\$ 670, relativo as controladas Sesamm no montante de R\$ 624, Águas de Andradina no montante de R\$ 38 e Águas de Castilho no montante de R\$ 8.

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.560 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores e 440 ações em que pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 97.278 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado aos pagamentos ocorridos no ano e a revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o exercício de 2012.

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O

decrécimo ocorrido de R\$ 305.611 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) está relacionado aos pagamentos ocorridos no período, e o acréscimo ocorrido de R\$ 75.900 nos processos com expectativa de possível perda está relacionado a juros, honorários e atualizações de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

A Companhia é parte de diversas ações cíveis relacionadas a indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontram em diversas instâncias judiciais, provisionados quando classificados como perda provável. O decréscimo apresentado de R\$ 13.828, para os casos de expectativa de perda provável, foi provocado por decisões favoráveis à Companhia e pagamentos ocorridos no ano.

(iv) Ações Tributárias

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia, provisionados quando classificados como perda provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 70.500 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado principalmente à atualização decorrente das ações ajuizadas pelo município de São Paulo, relativas à cobrança do ISS, conforme descritos no item “b” abaixo.

(a) Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, verificou o cumprimento por parte da Companhia das obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário atualizado em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 389.505 (dezembro/2011 – R\$ 379.277). A Companhia protocolou impugnação, tempestivamente, e recorrerá à autuação em todas as instâncias administrativas e judiciais. A Administração da Companhia considera que aproximadamente 90% desse processo administrativo, é considerado como de perda remota, e 10% como de perda possível.

(b) O Município de São Paulo, por meio de lei, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 264.627 (dezembro/2011 – R\$ 224.349), que atualmente são objeto de três Executivos Fiscais, classificadas pela Administração como possível perda. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada, estando atualmente em fase de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo Município. Por não haver decisão final de mérito, a Administração da Companhia avaliou o risco como de possível perda.

(c) A Receita Federal do Brasil indeferiu alguns pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos atualizados em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 47.498 (dezembro/2011 – R\$ 44.668). A Administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(d) A Companhia teve indeferido Pedido de Compensação de tributos, devidos nas competências de julho, agosto e setembro de 2002, com o aproveitamento dos créditos advindos do excesso de recolhimentos do IRPJ nos anos de 1997 e 1998 causados pela realocação das parcelas de correção monetária sobre as demonstrações financeiras (Lei 8.200/91), que haviam sido antecipadas no ano de

1996 por força de liminar, posteriormente excluídas por desistência do processo e adesão à MP 38/02. Após o julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, restou não homologado pelo Fisco o crédito provindo da competência de 1997. O valor envolvido está estimado e atualizado em 31 de dezembro de 2012 em R\$ 42.403 (dezembro/2011 – R\$ 40.976). A Administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(e) Em 23 de junho de 2010, a SABESP celebrou com o Município de São Paulo contrato, cujo objeto é a prestação dos serviços de água e coleta de esgotos. Para a celebração do presente acordo, algumas ações judiciais entre as partes foram extintas. Porém outras não fizeram parte do mencionado ajuste, prosseguindo o feito normalmente. Estas ações, cuja expectativa é provável e possível perda, versam sobre tributos e multas em geral e o montante atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 23.882 (dezembro/2011 – R\$ 27.690) e R\$ 39.063 (dezembro/2011 – R\$ 30.118), respectivamente.

(f) Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R\$ 56.118, e da CSLL, de aproximadamente R\$ 8.659, dos períodos de apuração janeiro a abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a R\$ 11.164 de IRPJ e R\$ 698 de CSLL, totalizando valor aproximado de R\$ 11.862. A Companhia obteve provimento parcial no recurso de manifestação de inconformidade interposto, de maneira que classificou como de possível perda o valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 6.782 (dezembro/2011 – R\$ 6.541) e de perda provável o valor de R\$ 1.157 (dezembro/2011 – R\$ 1.116).

(g) A SABESP interpôs dois mandados de segurança, visando a declaração de inconstitucionalidade de lei municipal que impõe cobrança de taxa decorrente de uso de áreas públicas para a instalação de rede de água e de esgoto, para a prestação de serviços públicos de saneamento básico. O primeiro mandado de segurança teve provimento parcial, mas não surtirá efeito porque as leis municipais foram revogadas e o segundo aguarda julgamento de recurso de apelação do Município, uma vez que neste mandado a segurança foi concedida suspendendo a cobrança pelo uso do solo urbano e prestação de caução. A Administração avaliou o risco como possível perda, porém, não foi possível fazer uma estimativa do valor envolvido, tendo em vista que seria necessário saber a extensão das redes de água e esgotos e demais equipamentos instalados no solo urbano do município (vias públicas), bem como definir o valor do respectivo terreno com base na metragem utilizada.

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificadas, dessa forma, como de probabilidade de perda provável e, consequentemente, provisionadas. O acréscimo de R\$ 15.162 ocorridos nos processos de provável perda se deve, principalmente, ao complemento de provisão de questões relacionadas aos objetos horas-extras e escala de revezamento, compensado por pagamentos relacionados, principalmente à escala de revezamento. O acréscimo de R\$ 44.900 ocorrido dos processos de perda possível se deve ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2012.

(vi) Ações Ambientais

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento além da imposição de indenização por danos ambientais

alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos.

Em 31 de dezembro de 2012, o total provisionado representa o montante de R\$ 148.425 (dezembro/2011 - R\$ 121.179).

Dentre os principais casos que a Companhia está envolvida, existem quatro ações civis públicas, cujos objetos são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do Município, sob pena de pagamento de multa; c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros. Em 31 de dezembro de 2012, a Administração classificou parte das demandas como de provável perda, no montante de R\$ 127.514 (dezembro/2011 – R\$ 93.782) e, outra parte como possível perda no montante de R\$ 85.081.

(vii) Processos com acordos firmados em 2012

A Companhia firmou, durante o exercício de 2012, diversos acordos judiciais e administrativos, sendo que os principais totalizam o montante de R\$ 67.417. Desse valor, R\$ 58.742 está relacionado a obras e R\$ 8.675 relacionados às compensações ambientais, este último, registrado como “outras obrigações”, no Balanço Patrimonial. O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2012, relativo a essas obrigações ambientais totalizam o montante de R\$ 28.976.

(viii) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, casos em que pode perder o direito de explorar os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto em alguns municípios, dentre os quais destacamos: a) O Município de Cajobi ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, esta foi julgada procedente para manter o Município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto, com expectativa de provável perda; b) O Município de Tarumã ajuizou ação cautelar contra a SABESP, sendo que a operação está mantida, mas ainda não existe decisão definitiva, com expectativa de possível perda; c) A Companhia ajuizou ação ordinária contra o Município de Santos, sendo que a operação está mantida e existe decisão definitiva de 2ª instância favorável a SABESP, com expectativa de perda remota; d) A Companhia ingressou com ação ordinária contra o Município de Presidente Prudente, a operação está mantida e existe decisão de 2ª instância favorável a SABESP, com expectativa de perda remota; e) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse contra o Município de Álvares Florence, a decisão de primeira instância foi desfavorável para SABESP e a operação não está mantida, com expectativa de possível perda; f) A Companhia ajuizou Ação de Reintegração de Posse em face do Município de Macatuba objetivando liminarmente retornar à posse das instalações afetadas à concessão, a medida liminar foi indeferida e a operação não está mantida no Município até a presente data, com expectativa possível perda; g) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse em face do Município de Iperó, esta foi julgada improcedente em primeira instância e está aguardando julgamento de 2ª instância.

17 Benefícios a funcionários

(a) Plano de benefício assistencial

Administrado pela Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV, é constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

- Da Companhia: 7,8% (31 de dezembro de 2011 – 7,5%) em média da folha bruta de salários;
- Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,1% da folha de pagamento.

(b) Planos de benefícios previdenciários

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Plano financiado – G1 (i)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.262.440	1.638.220
Valor justo dos ativos do plano	(1.657.608)	(1.203.493)
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	<u>(27.663)</u>	<u>103.892</u>
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	<u>577.169</u>	<u>538.619</u>
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Plano não financiado – G0 (iii)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	1.987.718	1.581.600
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	<u>(440.557)</u>	<u>(69.522)</u>
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	<u>1.547.161</u>	<u>1.512.078</u>
Passivo no balanço patrimonial – obrigações previdenciárias	<u>2.124.330</u>	<u>2.050.697</u>

(*) O aumento em 2012 é devido principalmente pela redução na taxa de desconto de 5,75% em 2011 para 4,0% em 2012. Como a Companhia optou pelo critério do “corredor”, as perdas atuariais que excedem ao limite do corredor são contabilizadas nos exercícios seguintes conforme critério descrito na nota explicativa 3.19 (a).

(i) Plano G1

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesprev que é o seguinte:

- 0,53% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 4,5% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 577.169 (R\$ 538.619 em 31 de dezembro de 2011) que representa a diferença entre o valor presente das

obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos relacionados; e ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos.

	2012	2011
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.638.220	1.572.933
Custo do serviço corrente	27.764	26.869
Custo dos juros	176.762	158.069
Perdas (ganhos) atuariais	488.956	(57.583)
Benefícios pagos	(69.262)	(62.068)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u>2.262.440</u>	<u>1.638.220</u>

	2012	2011
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	1.203.493	1.113.189
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	147.548	111.307
Ganhos (perdas) atuariais	357.400	18.805
Contribuições da Companhia	7.411	8.853
Contribuições dos funcionários	11.018	13.407
Benefícios pagos	(69.262)	(62.068)
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	<u>1.657.608</u>	<u>1.203.493</u>

	2012	2011
Custo do serviço corrente	27.764	26.869
Custo dos juros	176.762	158.069
Retorno esperado sobre ativos do plano	(147.548)	(111.307)
Subtotal	56.978	73.631
Contribuição dos participantes	(11.018)	(13.407)
Total reconhecido na demonstração do resultado	<u>45.960</u>	<u>60.224</u>

Em 2012 as despesas relacionadas à obrigação de benefício definido nos montantes de R\$ 32.522, R\$ 5.412 e R\$ 8.026, foram alocadas em custos das vendas e serviços prestados, despesas de vendas e despesas administrativas e em 2011 R\$ 46.133, R\$ 7.402 e R\$ 6.689, respectivamente.

	2013
Despesas previstas	
Custo do serviço corrente	38.823
Custo dos juros	206.429
Rendimento esperado do ativo do plano	(151.139)
Contribuição dos participantes	(10.876)
Total da despesa adicional a reconhecer	<u>83.237</u>

Premissas atuariais:

	2012	2011
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	4,10% a.a.	5,75% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de rendimento esperada dos ativos	9,30% a.a.	12,53% a.a.
Aumento salarial futuro	7,10% a.a.	7,10% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2012 era de 9.283 (9.833 em 31 de dezembro de 2011), e inativos era de 6.328 (5.936 em 31 de dezembro de 2011).

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão em 31 de dezembro de 2012 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão - G1

	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	Redução de 6,87%
	Redução de 0,5%	Aumento de 7,70%
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 0,5%	Aumento de 2,83%
	Redução de 0,5%	Redução de 2,53%
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	Aumento de 1,73%

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados a utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e consultores financeiros independentes:

Segmento	Alocação - %	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Títulos de renda fixa	67%	69%
Ações	16%	17%
Investimento estruturado	14%	9%
Imóveis	2%	3%
Empréstimos	1%	2%
Total	100%	100%

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional não serão permitidos;
- ii) exposição a flutuações na taxa de câmbio não serão permitidas, na carteira e os derivativos só devem ser utilizados para proteção contra a exposição existente.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são como segue:

- i) operações de *day-trade* não serão permitidas;
- ii) é proibida a venda de ações a descoberto;
- iii) são proibidas operações de *swap* sem garantia;
- iv) não será permitida a alavancagem, i.e., operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

A SABESPREV não possui em sua carteira de investimentos, títulos de renda fixa, emitidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

Os ativos do plano renderam 16,7% em 2012 e 13,7% em 2011.

A contribuição da Companhia ao Plano G1 para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 10.876.

A Companhia e a Sabesprev estão em processo de negociação para que o déficit atuarial seja equacionado, mediante a continuidade da migração do Plano BD para o Plano Sabesprev Mais. A Administração estima reduzir o déficit atuarial em decorrência da mudança dos referidos planos.

(ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida

Em 31 de dezembro de 2012, o Plano Sabesprev Mais, modelado em contribuição definida tinha 4.569 participantes entre ativos e assistidos.

Para o Plano Sabesprev Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

No Plano Sabesprev Mais, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram até 31 de dezembro de 2012, pela avaliação atuarial foi de R\$ 12.441 (dezembro/2011 – R\$ 14.688) referentes a participantes ativos. A Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 7.496, no exercício de 2012 (dezembro/2011 – R\$ 10.241).

(iii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que prestaram serviços antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores

considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de dezembro de 2012, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 1.547.161 (dezembro/2011 - R\$ 1.512.078).

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.512.078	1.316.706
Custo dos juros e serviço corrente	167.787	319.793
Benefícios pagos	<u>(132.704)</u>	<u>(124.421)</u>
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u><u>1.547.161</u></u>	<u><u>1.512.078</u></u>

Valores reconhecidos na demonstração de resultado:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custo do serviço corrente	400	548
Custo dos juros	167.387	161.718
Amortização (ganhos)/perdas	<u>-</u>	<u>157.527</u>
Total	<u><u>167.787</u></u>	<u><u>319.793</u></u>

Em 2012 e 2011, a despesa relacionada à obrigação de benefício definido nos termos do Plano G0 foi registrada em Despesas Administrativas.

Despesas previstas	<u>2013</u>
Custo do serviço corrente	296
Custo dos juros	176.470
Total da despesa adicional a reconhecer	<u><u>176.766</u></u>

Principais premissas atuariais utilizadas:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	4,00% a.a.	5,75% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Aumento salarial futuro	7,10% a.a.	7,10% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativo do plano G0 em 31 de dezembro de 2012 é de 27 (36 em 31 de dezembro de 2011) e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2012 é de 2.318 (2.259 em 31 de dezembro de 2011).

O benefício a ser pago do plano de pensão G0, esperado para o ano de 2013 é de R\$ 142.267.

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão em 31 de dezembro de 2012 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão - G0

	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	Redução de 4,96%
	Redução de 0,5%	Aumento de 5,42%
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 0,5%	Aumento de 0,01%
	Redução de 0,5%	Redução de 0,01%
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	Aumento de 2,34%

(c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2012, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No ano de 2012 o montante foi de R\$ 60.479 (2011 – R\$ 56.576).

18 Serviços a pagar

Na conta de serviços, são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias entre outros. Também são registrados os valores a pagar de participação na receita da Prefeitura Municipal de São Paulo (nota 11 (v)).

19 Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000 (dezembro/2011 – R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

(b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composto de 227.836.623 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,26%	114.508.086	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	57.523.374	25,25%	52.990.545	23,26%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	55.602.286	24,40%	60.144.856	26,40%
Outros	202.877	0,09%	193.136	0,08%
	<u>227.836.623</u>	<u>100,0%</u>	<u>227.836.623</u>	<u>100,0%</u>

(*) Cada ADR é igual a 2 ações. A partir de 24 de janeiro de 2013, cada ADR passou a corresponder a 1 ação. Ver nota 28(iv)

A quantidade de ações em 01 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 era de 227.836.623 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, não havendo alteração durante o exercício.

(c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	2012
Lucro líquido do exercício	1.911.900
(-) Reserva legal - 5%	95.595
	<u>1.816.305</u>
Dividendo mínimo obrigatório – 25% (R\$ 1,9930 por ação)	<u>454.076</u>

Foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, em 23 de abril de 2012, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 578.705, relativo ao exercício de 2011. Dessa forma, o valor de R\$ 288.143, relativo ao excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto, registrado no patrimônio líquido de 2011 na rubrica “Dividendos adicionais propostos” foi transferido para o passivo circulante, sendo que tais valores foram pagos em junho de

2012. Os juros de R\$ 578.705, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 40.882, totalizaram R\$ 537.823.

A Companhia propôs “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas de 2013, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 534.277, correspondentes a R\$ 2,345 por ação ordinária. Esses juros, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 39.863, totalizam R\$ 494.414 a serem referendados na Assembleia Geral em 22 de abril de 2013.

A Companhia registrou dividendos a pagar na forma de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 454.076, considerando o limite mínimo estabelecido no estatuto. O montante excedente ao valor do dividendo mínimo obrigatório devido no exercício, de R\$ 80.201 foi reclassificada dentro do Patrimônio Líquido para a conta de “Dividendos adicionais propostos”.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 414.355 é líquido do imposto de renda retido na fonte.

(d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital.

(e) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(f) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva para investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo da reserva para investimentos era de R\$ 4.690.619 e R\$ 3.408.591, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 29 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à assembleia geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá os seguintes critérios:

- I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
 - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - d) na incorporação ao capital social.

(g) Destinação do lucro do exercício

	2012
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	1.911.900
(-) Reserva legal – 5%	95.595
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	454.076
(-) Dividendos adicionais propostos	80.201
Reserva de investimentos constituída em 2012	<u>1.282.028</u>

(h) Lucros (prejuízos) acumulados

Lucros (prejuízos) acumulados: o saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

20 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.911.900	1.223.419
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>227.836.623</u>	<u>227.836.623</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>8,39</u>	<u>5,37</u>

21 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviço de água e esgoto.

(i) Resultado

	Consolidado			
	2012			
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	4.947.860	3.986.838	2.474.612	11.409.310
Deduções da receita bruta	(362.259)	(292.616)	-	(654.875)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	4.585.601	3.694.222	2.474.612	10.754.435
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.414.352)	(2.051.250)	(2.423.797)	(7.889.400)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	1.171.249	1.642.972	50.815	2.865.035
Outras despesas operacionais líquidas				(19.775)
Resultado financeiro, líquido				(301.356)
Lucro operacional antes dos impostos				2.543.904
Depreciação e amortização	404.803	335.344	-	740.147
				2011
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	4.610.204	3.699.916	2.234.778	10.544.898
Deduções da receita bruta	(334.616)	(268.645)	-	(603.261)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	4.275.588	3.431.271	2.234.778	9.941.637
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.309.145)	(2.001.647)	(2.186.320)	(7.497.112)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	966.443	1.429.624	48.458	2.444.525

	2011		
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras
			Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Outras despesas operacionais líquidas			(90.138)
Resultado financeiro, líquido			(633.641)
Lucro operacional antes dos impostos			1.720.746
Depreciação e amortização	415.065	353.704	-

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras: Os impactos na receita bruta das vendas e dos serviços e nos custos são como segue:

	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (a)	2.474.612	2.234.778
Custo de construção referente ao ICPC 1 (a)	2.423.797	2.186.320
Margem de construção	50.815	48.458

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17, "Contratos de Construção" (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide notas explicativas 3.3 (b) e 3.8 (a).

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível, conforme segue:

	CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo intangível:		
Serviços de água	9.138.295	8.237.071
Serviços de esgoto	11.211.925	10.584.402
Ativos dos segmentos reportados	20.350.220	18.821.473
Outros intangíveis	1.641.702	1.320.504
Total do intangível	21.991.922	20.141.677

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

22 Receitas por Região

(a) Receita bruta de vendas de produtos e serviços:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Região Metropolitana de São Paulo	6.625.041	6.144.669	6.625.041	6.144.669
Sistemas Regionais (i)	2.301.696	2.160.374	2.309.657	2.165.451
Total (ii)	8.926.737	8.305.043	8.934.698	8.310.120

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita operacional bruta de vendas de produtos e serviços, apresentou um acréscimo de 7,5% em 31 de dezembro de 2012 quando comparado ao exercício de 2011. O volume faturado cresceu 2,7% em 31 de dezembro de 2012 e o reajuste tarifário foi de 5,15% desde setembro de 2012 e 6,83% desde setembro de 2011.

(b) Reconciliação da receita bruta para a receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas e/ou serviços	8.926.737	8.305.043	8.934.698	8.310.120
Receitas de construção (nota 11 c)	2.464.482	2.224.633	2.474.612	2.234.778
Impostos sobre vendas	(653.588)	(602.231)	(654.875)	(603.261)
Receita líquida	10.737.631	9.927.445	10.754.435	9.941.637

23 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custos das vendas e dos serviços prestados				
Salários e encargos	1.224.335	1.131.774	1.225.452	1.132.403
Obrigações previdenciárias (i)	36.480	49.374	36.480	49.374
Custos de construção (nota 11 c)	2.414.409	2.177.045	2.423.797	2.186.320
Materiais gerais	169.097	147.268	169.389	147.464
Materiais de tratamento	177.453	154.748	177.965	154.867
Serviços de terceiros	724.478	668.138	725.471	668.994
Energia elétrica	588.183	582.410	589.512	583.418

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas gerais	400.446	368.932	400.719	369.054
Depreciação e amortização	715.070	739.043	716.613	739.083
	6.449.951	6.018.732	6.465.398	6.030.977
Despesas com vendas				
Salários e encargos	198.762	194.747	198.959	194.832
Obrigações previdenciárias (i)	6.054	7.942	6.054	7.942
Materiais gerais	8.313	7.703	8.327	7.703
Serviços de terceiros	205.393	201.941	205.568	201.955
Energia elétrica	629	622	629	622
Despesas gerais	77.848	78.654	78.021	78.660
Depreciação e amortização	8.017	7.435	8.021	7.435
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (nota 8(c))	192.236	120.260	192.295	120.393
	697.252	619.304	697.874	619.542
Despesas administrativas				
Salários e encargos	168.514	157.704	171.927	160.262
Obrigações previdenciárias (i)	104.717	262.597	104.717	262.597
Materiais gerais	4.374	4.142	5.244	4.267
Serviços de terceiros	145.673	123.500	148.405	125.502
Energia elétrica	1.175	1.047	1.492	1.052
Despesas gerais	209.191	208.365	209.765	208.978
Depreciação e amortização	15.438	22.226	15.513	22.251
Despesas fiscais	68.295	61.496	69.065	61.684
	717.377	841.077	726.128	846.593
Custos, despesas com vendas e administrativas				
Salários e encargos	1.591.611	1.484.225	1.596.338	1.487.497
Obrigações previdenciárias (i)	147.251	319.913	147.251	319.913
Custos de construção (nota 11 c)	2.414.409	2.177.045	2.423.797	2.186.320
Materiais gerais	181.784	159.113	182.960	159.434
Materiais de tratamento	177.453	154.748	177.965	154.867
Serviços de terceiros	1.075.544	993.579	1.079.444	996.451
Energia elétrica	589.987	584.079	591.633	585.092
Despesas gerais	687.485	655.951	688.505	656.692
Depreciação e amortização	738.525	768.704	740.147	768.769
Despesas fiscais	68.295	61.496	69.065	61.684
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (nota 8(c))	192.236	120.260	192.295	120.393
	7.864.580	7.479.113	7.889.400	7.497.112

(i) Decréscimo ocorrido em obrigações previdenciárias deve-se pelo incremento do passivo atuarial relativo aos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão concedidos pela Lei Estadual nº 4819/58 (Plano G0), no valor de R\$ 157.527 com impacto no primeiro trimestre de 2011.

24 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(304.736)	(354.813)	(306.794)	(355.526)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(87.800)	(79.816)	(87.800)	(79.816)
Outras despesas financeiras	(33.860)	(21.578)	(36.394)	(21.743)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(11.660)	(9.795)	(11.660)	(9.795)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (i)	(34.599)	(48.879)	(34.599)	(48.878)
Variação monetária sobre déficit incentivo Sabesprev mais (ii)	(1.525)	(1.794)	(1.525)	(1.794)
Outras variações monetárias (iii)	(6.657)	(41.449)	(6.657)	(41.449)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(97.393)	(143.765)	(97.393)	(143.765)
Total de despesas financeiras	<u>(578.230)</u>	<u>(701.889)</u>	<u>(582.822)</u>	<u>(702.766)</u>
Receitas financeiras				
Variações monetárias ativas (iv)	66.497	89.351	66.514	89.361
Rendimento de aplicações financeiras	162.928	271.847	163.421	271.973
Juros e outras	103.704	104.555	102.106	104.592
Total de receitas financeiras	<u>333.129</u>	<u>465.753</u>	<u>332.041</u>	<u>465.926</u>
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	(245.101)	(236.136)	(250.781)	(236.840)
Variações cambiais, líquidas				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(50.523)	(382.305)	(50.523)	(382.304)
Outras variações cambiais	(43)	(96)	(56)	(97)
Variação cambial ativa	(5)	(14.481)	4	(14.400)
Variações cambiais, líquidas	<u>(50.571)</u>	<u>(396.882)</u>	<u>(50.575)</u>	<u>(396.801)</u>
Financeiras líquidas	<u>(295.672)</u>	<u>(633.018)</u>	<u>(301.356)</u>	<u>(633.641)</u>

- (i) Essa variação monetária é decorrente das mudanças nos indexadores definidos nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como, UPR, IPCA, CDI e TJLP, que foram de 0,3%, 5,8%, 6,9% e 5,5%, respectivamente, em 2012. (1,2%, 6,5%, 10,9% e 6,0%, respectivamente, em 2011). As exposições a essas taxas são demonstradas na nota 4.3.1.
- (ii) Essa variação monetária é decorrente da mudança no indexador INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que foi de 6,2% em 2012 (6,1% em 2011), e que é utilizado para corrigir o saldo do compromisso da SABESP com relação ao déficit do plano de pensão Sabesprev mais.

- (iii) Outras despesas com variações monetárias são substancialmente atualização dos passivos referente aos compromissos de investimentos exigidos pelas parcerias público-privada e principalmente, contratos de programa que são indexados por IPC e IPCA que foram de 5,7% e 5,8% em 2012 e 4,9% e 6,5% em 2011, respectivamente.
- (iv) Essas variações monetárias são decorrentes, principalmente, das mudanças nos indexadores de correção do contas a receber de clientes em atraso que pode ser o IPCA (5,8% em 2012 e 6,5% em 2011) ou IPC-Fipe (Índice de Preços ao Consumidor, 5,8% em 2012 e 6,5% em 2011), dependendo da data do acordo, e dos depósitos judiciais, que são atualizados pelo índice definido pelo judiciário brasileiro que teve uma variação de 6,0% em 2012 e 6,2% em 2011.

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Outras receitas operacionais líquidas	68.364	72.386	71.764	72.501
Outras despesas operacionais (i)	(91.539)	(162.639)	(91.539)	(162.639)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>(23.175)</u>	<u>(90.253)</u>	<u>(19.775)</u>	<u>(90.138)</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado.

(i) Refere-se principalmente à provisão para perdas do município de Diadema em 2012 no montante de R\$ 60.295 e do município de Mauá em 2011 no montante de R\$ 85.918.

26 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. Abaixo os principais valores compromissados em 31 de dezembro de 2012:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.145.001	912.264	37.078	996	2.095.339
Obrigações contratuais - Investimentos	1.258.344	746.046	25.811	-	2.030.201
Total	<u>2.403.345</u>	<u>1.658.310</u>	<u>62.889</u>	<u>996</u>	<u>4.125.540</u>

27 Informações suplementares aos fluxos de caixa

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Juros capitalizados no período	283.016	261.900
Empreiteiros	67.631	33.937
Compromissos de contratos de programas	75.434	43.325
Arrendamento Mercantil	166.166	49.609
Margem de construção	50.072	47.589

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Juros capitalizados no período	296.671	261.900
Empreiteiros	67.631	33.937
Compromissos de contratos de programas	75.434	43.325
Arrendamento Mercantil	166.166	49.609
Margem de construção	50.815	47.589

28 Eventos Subsequentes

(i) Debêntures

17ª emissão de Debêntures

Em 25, 26 e 27 de fevereiro de 2013, a Companhia efetuou a liquidação financeira, respectivamente, da 1ª, 2ª e 3ª séries da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, nos termos da Instrução CVM 400, cujas características são as seguintes:

Data Emissão: 15 de janeiro de 2013

Série: Três

Valor Total R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)

Quantidade: 100.000 (cem mil)

Valor Unitário R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

1ª Série

Valor R\$ 424.680.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões seiscentos e oitenta mil reais)

Quantidade: 42.468 (quarenta e duas mil quatrocentas e sessenta e oito)

Pagamento Remuneração: semestral

Amortização: 3 parcelas anuais - 15/01 de 2016 (33%), 2017 (33%) e 2018 (saldo)

Resgate Antecipado: não haverá

Remuneração: DI acrescido 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) a.a.

2ª Série

Valor R\$ 395.230.000,00 (trezentos e noventa e cinco milhões duzentos e trinta mil reais)

Quantidade: 39.523 (trinta e nove mil quinhentas e vinte e três)

Pagamento Remuneração: anual

Amortização: 2 parcelas anuais - 15/01 de 2019 e 2020

Resgate Antecipado: não haverá

Remuneração: IPCA acrescido juros de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) a.a.

3ª Série

Valor R\$ 180.090.000,00 (cento e oitenta milhões e noventa mil reais)

Quantidade: 18.009 (dezoito mil e nove)

Pagamento Remuneração: anual

Amortização: 3 parcelas anuais - 15/01 de 2021 (33%), 2022 (33%) e 2023 (saldo)

Resgate Antecipado: não haverá

Remuneração: IPCA acrescido juros de 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) a.a..

Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão das Debêntures serão destinados, exclusivamente, da seguinte forma: (i) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para liquidação de compromissos financeiros vencidos em 2013; e (ii) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o resgate antecipado de debêntures ou outra dívida da Companhia.

Não há previsão de resgate antecipado facultativo.

11ª emissão de Debêntures

Em 1 de março de 2013 a Companhia efetuou o resgate antecipado total do saldo da primeira série da 11ª Emissão de Debêntures da Companhia, no montante de R\$ 1.060.428.

(ii) BNDES - Projeto Tietê Fase II

Contrato de Financiamento nº 01.2.619.3.1 e Contrato de Repasse nº 10/669.748-6, assinados 04 de agosto de 2002, teve a liquidação financeira de todas as obrigações decorrentes dos Contratos de Financiamento e de Repasse efetivadas, considerando-se que em 15 de fevereiro de 2013, ocorreu o pagamento da última prestação de juros e amortização.

(iii) BNDES - Projeto Tietê Fase III.

Em fevereiro de 2013 a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP contratou operação de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, referente ao projeto de execução da Terceira Etapa do Programa de Despoluição do Rio Tietê, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O valor contratado é de R\$ 1.350 milhões e tem

como objetivo a implantação de coletores, interceptores, redes coletoras e ligações domiciliares de esgoto, bem como ampliação da capacidade de tratamento de esgoto na Região Metropolitana de São Paulo. O prazo total do contrato é de 180 meses, com 36 meses de carência e encargos financeiros de TJLP + 1,66% aa.

(iv) PPP – Sistema Produtor São Lourenço

Em 07 de fevereiro de 2013 a Companhia deu início ao processo licitatório relativo à Concorrência Internacional Sabesp CSS 16.402/2012 - Parceria Público Privada, por meio de Concessão Administrativa, para a prestação de serviços de operação e manutenção do empreendimento - Sistema Produtor São Lourenço.

(v) Alteração do número de ações – ADR's

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 10 de janeiro de 2013, aprovou (i) a alteração do número de ações que serve de lastro aos American Depositary Receipts ("ADRs") da Companhia, negociados no mercado norte-americano na New York Stock Exchange ("NYSE"), da atual proporção de 1 (um) ADR para 2 (duas) ações ordinárias para a nova proporção de 1 (um) ADR para 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, com o principal objetivo de fomentar a liquidez desses papéis; e (ii) a proposta de desdobramento das ações ordinárias de emissão da SABESP, em proporção a ser ainda definida por sua administração, a qual será oportunamente submetida à apreciação dos acionistas da SABESP em sede de assembleia geral extraordinária e resultará, uma vez aprovada, na alteração do artigo 3º do Estatuto Social da SABESP, já que o número de ações representativas do capital social da Companhia será alterado de acordo com a proporção que vier a ser definida.